

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	11
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	12
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	24
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	25
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	26
Demonstração de Valor Adicionado	27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
Notas Explicativas	38

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	81
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	83
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	84

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	85
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	56.820
Preferenciais	319
Total	57.139
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2010	Dividendo	15/06/2010	Ordinária		0,50697
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2010	Dividendo	15/06/2010	Preferencial		0,55767
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2010	Juros sobre Capital Próprio	15/06/2010	Ordinária		0,62985
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2010	Juros sobre Capital Próprio	15/06/2010	Preferencial		0,69283
Proposta		Dividendo		Ordinária		0,40661
Proposta		Dividendo		Preferencial		0,40661
Proposta		Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,72991
Proposta		Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,72991

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	2.395.845	2.172.883	2.032.587
1.01	Ativo Circulante	998.183	810.108	737.145
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.269	1.834	2.235
1.01.02	Aplicações Financeiras	556.899	406.744	154.147
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	556.899	406.744	154.147
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	556.899	406.744	154.147
1.01.03	Contas a Receber	200.615	181.151	264.672
1.01.03.01	Clientes	200.615	181.151	264.672
1.01.04	Estoques	172.663	141.214	205.001
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.243	2.249	2.188
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	65.494	76.916	108.902
1.01.08.03	Outros	65.494	76.916	108.902
1.01.08.03.01	Ferramentais de Terceiros	30.259	36.724	43.328
1.01.08.03.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	18.433	28.608	47.907
1.01.08.03.03	Títulos a Receber e Outros	16.802	11.584	17.667
1.02	Ativo Não Circulante	1.397.662	1.362.775	1.295.442
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	365.524	401.072	350.783
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	19.963	13.682	0
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	19.963	13.682	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	62.101	61.950	184.679
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	62.101	61.950	184.679
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	9.398
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	0	0	9.398
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	283.460	325.440	156.706
1.02.01.09.03	Impostos e Contribuições a Recuperar	190.215	237.092	101.371
1.02.01.09.04	Créditos Eletrobrás	90.284	85.341	52.385
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais e Outros	2.961	3.007	2.950
1.02.02	Investimentos	76.268	69.366	84.262

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.02.01	Participações Societárias	76.268	69.366	84.262
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	75.686	68.784	83.680
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	582	582	582
1.02.03	Imobilizado	955.870	892.337	860.397
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	747.203	751.524	754.434
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	2.037	3.706	5.504
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	206.630	137.107	100.459

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	2.395.845	2.172.883	2.032.587
2.01	Passivo Circulante	412.519	470.962	391.260
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	89.901	40.617	56.625
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.830	7.706	8.944
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	79.071	32.911	47.681
2.01.02	Fornecedores	119.276	95.989	57.605
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	109.344	90.286	50.139
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	9.932	5.703	7.466
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.454	3.572	36.838
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.300	3.503	36.781
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	53	0	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	101	69	57
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	75.718	115.115	116.616
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	75.540	114.074	113.676
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	11.189	30.025	32.095
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	64.351	84.049	81.581
2.01.04.02	Debêntures	0	0	447
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	178	1.041	2.493
2.01.05	Outras Obrigações	125.170	215.669	123.576
2.01.05.02	Outros	125.170	215.669	123.576
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	42.933	42.645	44.234
2.01.05.02.04	Financiamento de Impostos e Encargos Sociais	11.193	97.857	10.868
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	38.946	42.719	45.011
2.01.05.02.06	Títulos a Pagar e Outros	32.098	32.448	23.463
2.02	Passivo Não Circulante	1.012.567	820.312	873.809
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	762.599	547.246	346.773
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	762.599	547.068	344.523
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	693.855	414.713	91.832

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	68.744	132.355	252.691
2.02.01.02	Debêntures	0	0	1.031
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	178	1.219
2.02.02	Outras Obrigações	22.573	32.546	167.115
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.728	5.585	129.185
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	5.728	5.585	129.185
2.02.02.02	Outros	16.845	26.961	37.930
2.02.02.02.03	Financiamentos de Impostos e Encargos Sociais	14.372	23.028	31.637
2.02.02.02.04	Outros Passivos de Longo Prazo	2.473	3.933	6.293
2.02.03	Tributos Diferidos	76.492	84.568	91.284
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	76.492	84.568	91.284
2.02.04	Provisões	150.903	155.952	268.637
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	150.903	112.859	227.176
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	9.672	10.872	121.448
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.551	4.160	6.208
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	134.680	97.827	99.520
2.02.04.02	Outras Provisões	0	43.093	41.461
2.02.04.02.04	Provisão para Desvalorização de Investimento	0	43.093	41.461
2.03	Patrimônio Líquido	970.759	881.609	767.518
2.03.01	Capital Social Realizado	398.395	398.395	398.395
2.03.04	Reservas de Lucros	423.874	319.054	189.983
2.03.04.01	Reserva Legal	27.284	19.562	11.725
2.03.04.02	Reserva Estatutária	374.584	277.144	178.258
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	22.006	22.348	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	148.490	164.160	179.140

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.836.835	1.175.587	1.726.035
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.476.157	-1.019.421	-1.344.716
3.03	Resultado Bruto	360.678	156.166	381.319
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-175.060	18.380	-151.164
3.04.01	Despesas com Vendas	-78.116	-51.831	-84.660
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-48.682	-36.490	-39.336
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	88.193	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-98.257	0	-38.275
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	49.995	18.508	11.107
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	185.618	174.546	230.155
3.06	Resultado Financeiro	1.949	36.156	-77.032
3.06.01	Receitas Financeiras	66.244	63.609	161.738
3.06.02	Despesas Financeiras	-64.295	-27.453	-238.770
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	187.567	210.702	153.123
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-33.136	-53.966	15.452
3.08.01	Corrente	-41.363	-21.571	-39.285
3.08.02	Diferido	8.227	-32.395	54.737
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	154.431	156.736	168.575
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	154.431	156.736	168.575
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,7027	2,7431	2,9503
3.99.01.02	PN	2,7027	2,7431	2,9503
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,7027	2,7431	2,9503
3.99.02.02	PN	2,7027	2,7431	2,9503

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido do Período	154.431	156.736	168.575
4.03	Resultado Abrangente do Período	154.431	156.736	168.575

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	290.875	231.261	168.099
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	261.975	31.226	315.703
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	154.431	156.736	168.575
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	76.255	67.988	62.311
6.01.01.03	Participação no Resultado de Controladas	-49.995	-18.508	-11.107
6.01.01.04	Baixa de Outros Investimentos	0	0	447
6.01.01.05	Baixa de Bens do Imobilizado	4.428	7.072	9.220
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-8.227	32.395	-54.737
6.01.01.07	Juros Apropriados e Variação Cambiais	9.695	-109.739	152.955
6.01.01.08	Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	75	1.223	960
6.01.01.09	Provisão p/Perda nos Estoques	2.390	-843	0
6.01.01.10	Provisões Tributárias, Cíveis, Previdenciárias e Trabalhistas	27.876	-31.214	-10.561
6.01.01.11	Outros Passivos de Longo Prazo	-1.460	-2.360	-2.360
6.01.01.12	Reversão de Parte do Crédito Prêmio IPI 1988/1990	40.741	0	0
6.01.01.13	Reversão do Saldo do Crédito Prêmio IPI 1981/1985	5.766	0	0
6.01.01.14	Impactos da Adesão ao REFIS	0	-71.524	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	28.900	200.035	-147.604
6.01.02.01	Clientes	-19.539	82.298	-43.491
6.01.02.02	Estoques	-33.839	64.630	-87.637
6.01.02.03	Ferramentais de Clientes	6.465	6.604	-13.793
6.01.02.04	Impostos e Contribuições a Recuperar	12.611	39.353	20.052
6.01.02.05	Títulos a Receber e Outros	-4.212	6.022	-4.371
6.01.02.06	Depósitos Judiciais e Outros	84	110	67
6.01.02.07	Fornecedores	23.287	38.384	-33.313
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	-1.118	-28.051	-1.976
6.01.02.09	Salários, Encargos Sociais e Participações	49.284	-16.008	-1.381
6.01.02.10	Adiantamento de Clientes	-3.773	-2.292	27.659
6.01.02.11	Títulos a Pagar e Outros	-350	8.985	-9.420

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-144.216	-107.000	-139.279
6.02.01	Adições aos Investimentos	0	0	-21
6.02.02	Adições ao Imobilizado	-144.216	-107.000	-136.960
6.02.03	Financiamento de Clientes p/Investimento	0	0	-2.832
6.02.04	Venda de Outros Investimentos	0	0	534
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	4.075	143.060	25.915
6.03.01	Pagamento de Financiamentos e Empréstimos	-127.064	-138.372	-40.469
6.03.02	Pagamento de Debêntures	0	-1.358	0
6.03.03	Amortização de Financiamento de Impostos	-99.981	-27.392	-9.384
6.03.04	Novos Financiamentos e Empréstimos	302.291	425.382	184.442
6.03.05	Controladas e Coligadas	103	-57.284	-110.835
6.03.06	Realização de Parte dos Créditos Eletrobrás	0	0	17.827
6.03.07	Juros s/Capital Próprio e Dividendos Pagos	-64.993	-44.234	-15.666
6.03.08	Aplicação Financeira de Longo Prazo	-6.281	-13.682	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-1.144	-15.125	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	149.590	252.196	54.735
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	408.578	156.382	101.647
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	558.168	408.578	156.382

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	398.395	0	319.054	0	164.160	881.609
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	398.395	0	319.054	0	164.160	881.609
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.348	-42.933	0	-65.281
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.227	0	-1.227
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-41.706	0	-41.706
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais de 2009	0	0	-22.348	0	0	-22.348
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	154.431	0	154.431
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	154.431	0	154.431
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	127.168	-111.498	-15.670	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	105.162	-105.162	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	15.670	-15.670	0
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	22.006	-22.006	0	0
5.07	Saldos Finais	398.395	0	423.874	0	148.490	970.759

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	398.395	0	189.983	0	179.140	767.518
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	398.395	0	189.983	0	179.140	767.518
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-42.645	0	-42.645
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-6.636	0	-6.636
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-36.009	0	-36.009
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	156.736	0	156.736
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	156.736	0	156.736
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	129.071	-114.091	-14.980	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	106.723	-106.723	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	14.980	-14.980	0
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	22.348	-22.348	0	0
5.07	Saldos Finais	398.395	0	319.054	0	164.160	881.609

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	379.295	0	50.259	403	203.988	633.945
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	379.295	0	50.259	403	203.988	633.945
5.04	Transações de Capital com os Sócios	19.100	0	0	-44.234	0	-25.134
5.04.01	Aumentos de Capital	19.100	0	0	0	0	19.100
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-16.397	0	-16.397
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-27.837	0	-27.837
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	168.575	0	168.575
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	168.575	0	168.575
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	139.724	-124.744	-24.848	-9.868
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	139.724	-139.724	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	14.980	-14.980	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	-9.868	-9.868
5.07	Saldos Finais	398.395	0	189.983	0	179.140	767.518

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	2.108.251	1.379.103	1.951.706
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.108.326	1.380.326	1.952.666
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-75	-1.223	-960
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.404.228	-777.057	-1.252.472
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.034.325	-664.851	-1.018.622
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-369.903	-112.206	-233.850
7.03	Valor Adicionado Bruto	704.023	602.046	699.234
7.04	Retenções	-76.255	-67.988	-62.311
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-76.255	-67.988	-62.311
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	627.768	534.058	636.923
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	92.901	39.277	31.365
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	49.995	18.508	11.107
7.06.02	Receitas Financeiras	42.906	20.769	20.258
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	720.669	573.335	668.288
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	720.669	573.335	668.288
7.08.01	Pessoal	374.919	260.798	325.354
7.08.01.01	Remuneração Direta	260.428	178.681	226.480
7.08.01.02	Benefícios	83.900	54.428	70.445
7.08.01.03	F.G.T.S.	23.649	23.660	22.645
7.08.01.04	Outros	6.942	4.029	5.784
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	150.362	171.188	77.069
7.08.02.01	Federais	143.891	146.768	69.825
7.08.02.02	Estaduais	4.764	22.668	5.251
7.08.02.03	Municipais	1.707	1.752	1.993
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40.957	-15.387	97.290
7.08.03.01	Juros	37.004	37.268	36.274
7.08.03.03	Outras	3.953	-52.655	61.016
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	3.953	-52.655	61.016

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	154.431	156.736	168.575
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	41.706	36.009	27.837
7.08.04.02	Dividendos	23.233	28.984	16.397
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	89.492	91.743	124.341

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	2.404.675	2.178.605	2.038.688
1.01	Ativo Circulante	1.071.835	879.350	820.826
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.322	1.838	2.239
1.01.02	Aplicações Financeiras	577.044	435.402	250.342
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	577.044	435.402	250.342
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	577.044	435.402	250.342
1.01.03	Contas a Receber	214.737	174.016	176.815
1.01.03.01	Clientes	214.737	174.016	176.815
1.01.04	Estoques	201.196	172.644	251.559
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.243	2.249	2.188
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	76.293	93.201	137.683
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	4.574	10.309	23.162
1.01.08.03	Outros	71.719	82.892	114.521
1.01.08.03.01	Ferramentais de Terceiros	30.259	36.724	43.328
1.01.08.03.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	23.758	32.431	52.795
1.01.08.03.03	Títulos a Receber e Outros	17.702	13.737	18.398
1.02	Ativo Não Circulante	1.332.840	1.299.255	1.217.862
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	370.669	405.046	355.809
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	19.963	13.682	0
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	19.963	13.682	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	64.583	62.839	193.750
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	64.583	62.839	193.750
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	286.123	328.525	162.059
1.02.01.09.03	Impostos e Contribuições a Recuperar	192.213	239.512	106.060
1.02.01.09.04	Créditos Eletrobrás	90.284	85.341	52.385
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais e Outros	3.626	3.672	3.614
1.02.02	Investimentos	922	980	582
1.02.02.01	Participações Societárias	922	980	582

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	922	980	582
1.02.03	Imobilizado	961.249	893.229	861.471
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	752.582	752.410	755.508
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	2.037	3.706	5.504
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	206.630	137.113	100.459

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	2.404.675	2.178.605	2.038.688
2.01	Passivo Circulante	426.048	479.112	458.087
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	90.687	41.163	57.530
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.834	7.722	8.950
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	79.853	33.441	48.580
2.01.02	Fornecedores	121.291	98.028	59.149
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	111.359	92.325	51.683
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	9.932	5.703	7.466
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.963	6.071	41.522
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.809	5.999	41.462
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	53	0	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	101	72	60
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	75.718	115.115	169.150
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	75.540	114.074	166.210
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	11.189	30.025	32.095
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	64.351	84.049	134.115
2.01.04.02	Debêntures	0	0	447
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	178	1.041	2.493
2.01.05	Outras Obrigações	135.389	218.735	130.736
2.01.05.02	Outros	135.389	218.735	130.736
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	42.933	42.645	44.234
2.01.05.02.04	Financiamentos de Impostos e Encargos Sociais	11.193	97.857	10.868
2.01.05.02.05	Adiantamentos de Clientes	56.015	56.957	52.938
2.01.05.02.06	Títulos a Pagar e Outros	25.248	21.276	22.696
2.02	Passivo Não Circulante	1.007.868	817.884	813.083
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	762.599	547.246	411.690
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	762.599	547.068	409.440
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	693.855	414.713	91.832

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	68.744	132.355	317.608
2.02.01.02	Debêntures	0	0	1.031
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	178	1.219
2.02.02	Outras Obrigações	16.845	26.961	37.930
2.02.02.02	Outros	16.845	26.961	37.930
2.02.02.02.03	Financiamentos de Impostos e Encargos Sociais	14.372	23.028	31.637
2.02.02.02.04	Outros passivos de Longo Prazo	2.473	3.933	6.293
2.02.03	Tributos Diferidos	76.492	84.568	91.284
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	76.492	84.568	91.284
2.02.04	Provisões	151.932	159.109	272.179
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	151.932	159.109	272.179
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	9.672	10.873	121.448
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.001	49.830	50.632
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	135.259	98.406	100.099
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	970.759	881.609	767.518
2.03.01	Capital Social Realizado	398.395	398.395	398.395
2.03.04	Reservas de Lucros	423.874	319.054	189.983
2.03.04.01	Reserva Legal	27.284	19.562	11.725
2.03.04.02	Reserva Estatutária	374.584	277.144	178.258
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	22.006	22.348	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	148.490	164.160	179.140

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.871.527	1.223.841	1.767.753
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.476.131	-1.037.144	-1.344.621
3.03	Resultado Bruto	395.396	186.697	423.132
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-199.866	2.523	-193.149
3.04.01	Despesas com Vendas	-94.567	-65.027	-105.135
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-51.302	-39.518	-42.235
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	107.068	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-53.997	0	-45.779
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	195.530	189.220	229.983
3.06	Resultado Financeiro	-3.837	30.007	-75.197
3.06.01	Receitas Financeiras	59.876	43.168	163.621
3.06.02	Despesas Financeiras	-63.713	-13.161	-238.818
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	191.693	219.227	154.786
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-37.262	-62.491	13.789
3.08.01	Corrente	-47.082	-21.914	-46.799
3.08.02	Diferido	9.820	-40.577	60.588
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	154.431	156.736	168.575
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	154.431	156.736	168.575
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	154.431	156.736	168.575
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,7027	2,7431	2,9503
3.99.01.02	PN	2,7027	2,7431	2,9503
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,7027	2,7431	2,9503
3.99.02.02	PN	2,7027	2,7431	2,9503

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	154.431	156.736	168.575
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	154.431	156.736	168.575
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	154.431	156.736	168.575

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	287.808	185.981	197.043
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	271.716	55.357	315.306
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	154.431	156.736	168.575
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	76.433	68.196	62.514
6.01.01.03	Prejuízo (Lucro) na Venda de Ativos Florestais	972	-21.382	834
6.01.01.04	Baixa de Bens do Imobilizado	4.628	7.072	9.220
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-9.820	40.577	-60.588
6.01.01.06	Juros Apropriados e Variação Cambiais	23.862	-77.779	147.184
6.01.01.07	Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	75	1.223	960
6.01.01.08	Provisão p/Perda nos Estoques	2.390	-843	0
6.01.01.09	Provisões Tributárias, Cíveis, Previdenciárias e Trabalhistas	-26.302	-36.735	-11.033
6.01.01.10	Outros Passivos de Longo Prazo	-1.460	-2.360	-2.360
6.01.01.11	Reversão de Parte do Crédito Prêmio IPI 1988/1990	40.741	0	0
6.01.01.12	Reversão do Saldo do Crédito Prêmio IPI 1981/1985	5.766	0	0
6.01.01.13	Impactos da Adesão ao REFIS	0	-79.348	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	16.092	130.624	-118.263
6.01.02.01	Clientes	-40.796	1.576	7.174
6.01.02.02	Estoques	-30.942	79.758	-103.945
6.01.02.03	Ferramentais de Clientes	6.465	6.604	-13.793
6.01.02.04	Impostos e Contribuições a Recuperar	11.531	42.687	18.230
6.01.02.05	Títulos a Receber e Outros	-2.959	4.600	-6.195
6.01.02.06	Depósitos Judiciais e Outros	84	110	67
6.01.02.07	Fornecedores	23.263	38.879	-32.860
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	-3.108	-29.822	-6.001
6.01.02.09	Salários, Encargos Sociais e Participações	49.524	-16.367	-1.262
6.01.02.10	Adiantamento de Clientes	-942	4.019	15.745
6.01.02.11	Títulos a Pagar e Outros	3.972	-1.420	4.577
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-144.352	-73.402	-139.824

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.02.01	Adições aos Investimentos	0	-564	-297
6.02.02	Adições ao Imobilizado	-144.352	-107.239	-137.229
6.02.03	Financiamento de Clientes p/Investimento	0	0	-2.832
6.02.04	Venda/Baixa de Ativos Florestais	0	34.401	534
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.972	108.130	57.981
6.03.01	Pagamento de Financiamentos e Empréstimos	-127.064	-230.586	-119.238
6.03.02	Pagamento de Debêntures	0	-1.358	0
6.03.03	Amortização de Financiamento de Impostos	-99.981	-27.392	-9.384
6.03.04	Novos Financiamentos e Empréstimos	302.291	425.382	184.442
6.03.05	Realização de Parte dos Créditos Eletrobrás	0	0	17.827
6.03.06	Juros s/Capital Próprio e Dividendos Pagos	-64.993	-44.234	-15.666
6.03.07	Aplicação Financeira de Longo Prazo	-6.281	-13.682	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-6.302	-36.050	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	141.126	184.659	115.200
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	437.240	252.581	137.381
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	578.366	437.240	252.581

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	398.395	0	319.054	0	164.160	881.609	0	881.609
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	398.395	0	319.054	0	164.160	881.609	0	881.609
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.348	-42.933	0	-65.281	0	-65.281
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.227	0	-1.227	0	-1.227
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-41.706	0	-41.706	0	-41.706
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais de 2009	0	0	-22.348	0	0	-22.348	0	-22.348
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	154.431	0	154.431	0	154.431
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	154.431	0	154.431	0	154.431
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	127.168	-111.498	-15.670	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	105.162	-105.162	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	15.670	-15.670	0	0	0
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	22.006	-22.006	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	398.395	0	423.874	0	148.490	970.759	0	970.759

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	398.395	0	189.983	0	179.140	767.518	0	767.518
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	398.395	0	189.983	0	179.140	767.518	0	767.518
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-42.645	0	-42.645	0	-42.645
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-6.636	0	-6.636	0	-6.636
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-36.009	0	-36.009	0	-36.009
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	156.736	0	156.736	0	156.736
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	156.736	0	156.736	0	156.736
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	129.071	-114.091	-14.980	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	106.723	-106.723	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	14.980	-14.980	0	0	0
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	22.348	-22.348	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	398.395	0	319.054	0	164.160	881.609	0	881.609

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	379.295	0	50.259	403	203.988	633.945	0	633.945
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	379.295	0	50.259	403	203.988	633.945	0	633.945
5.04	Transações de Capital com os Sócios	19.100	0	0	-44.234	0	-25.134	0	-25.134
5.04.01	Aumentos de Capital	19.100	0	0	0	0	19.100	0	19.100
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-16.397	0	-16.397	0	-16.397
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-27.837	0	-27.837	0	-27.837
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	168.575	0	168.575	0	168.575
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	168.575	0	168.575	0	168.575
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	139.724	-124.744	-24.848	-9.868	0	-9.868
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	139.724	-139.724	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	14.980	-14.980	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	-9.868	-9.868	0	-9.868
5.07	Saldos Finais	398.395	0	189.983	0	179.140	767.518	0	767.518

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	2.143.117	1.427.556	1.993.812
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.143.192	1.428.779	1.994.772
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-75	-1.223	-960
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.373.046	-783.784	-1.277.718
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.031.554	-673.671	-1.018.622
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-341.492	-110.113	-259.096
7.03	Valor Adicionado Bruto	770.071	643.772	716.094
7.04	Retenções	-76.433	-68.196	-62.514
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-76.433	-68.196	-62.514
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	693.638	575.576	653.580
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	42.965	19.666	24.448
7.06.02	Receitas Financeiras	42.965	19.666	24.448
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	736.603	595.242	678.028
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	736.603	595.242	678.028
7.08.01	Pessoal	380.242	266.214	330.547
7.08.01.01	Remuneração Direta	264.767	183.298	230.902
7.08.01.02	Benefícios	84.884	55.222	71.216
7.08.01.03	F.G.T.S.	23.649	23.665	22.645
7.08.01.04	Outros	6.942	4.029	5.784
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	155.128	182.633	79.261
7.08.02.01	Federais	148.373	158.037	71.876
7.08.02.02	Estaduais	4.764	22.668	5.251
7.08.02.03	Municipais	1.991	1.928	2.134
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	46.802	-10.341	99.645
7.08.03.01	Juros	38.083	36.607	42.299
7.08.03.03	Outras	8.719	-46.948	57.346
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	8.719	-46.948	57.346
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	154.431	156.736	168.575

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	41.706	36.009	27.837
7.08.04.02	Dividendos	23.233	28.984	16.397
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	89.492	91.743	124.341

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A impressionante recuperação da economia brasileira em 2010 – em particular o avanço realizado pelo setor automobilístico nacional – e o progresso observado em seus negócios internacionais propiciaram à Tupy condições adequadas para alcançar, no exercício passado, substancial recuperação de seus resultados. A Companhia retornou assim ao caminho que trilhava antes da eclosão, no último trimestre de 2008, de crise econômica de alcance global, circunstância que não lhe impediu de registrar então o melhor desempenho de sua história.

O destaque acima conferido à indústria automobilística brasileira deve-se à sua importância para os negócios da Tupy, ao papel que exerceu na recuperação da economia e à contribuição da cadeia automotiva para a formação do Produto Interno Bruto (PIB). Dessa forma, em paralelo com o crescimento econômico de 7,5% verificado em 2010, a produção doméstica total de veículos alcançou o recorde histórico de 3,64 milhões de unidades, registrando aumento de 14,3% sobre o resultado observado em 2009 e situando o Brasil entre os quatro maiores fabricantes do mundo.

Nesse contexto, cabe salientar o avanço (+45,3%) da produção nacional agregada de caminhões (+54,7%), ônibus (+32,8%) e máquinas agrícolas (+34,0%), os quais consomem importante parcela do volume total de blocos e cabeçotes para motores fabricados e vendidos pela Tupy.

No excelente desempenho dos segmentos de mercado mencionados no parágrafo precedente encontra-se um dos alicerces principais do crescimento (35,4%), em 2010, do volume de vendas da Companhia ao mercado doméstico. A comparação com 2008, exercício que neste caso também utilizamos, a fim de propiciar base mais adequada para essa finalidade, revela variação de 11,6%, igualmente favorável ao exercício passado.

Os progressos acima referidos foram alavancados pela prorrogação, em 2010, da isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que veio em benefício das vendas de caminhões e, no caso de picapes e caminhonetes, pela redução da alíquota do mesmo tributo de 8,0% para 4,0%. Além disso, e particularmente no caso de máquinas agrícolas, pelo incentivo às vendas trazido por programas de financiamento governamentais.

Também é digno de atenção o crescimento (+12,4%) da produção de automóveis e veículos comerciais leves em 2010. Mais modesto, porém significativo, esse resultado deve-se ao fato de que em 2009 a produção de carros de passeio foi sustentada pela

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

resposta favorável da demanda à expansão do crédito e à desoneração tributária (IPI). Deste modo, naquele período o segmento recuperou-se rapidamente e manteve-se aquecido, enquanto a manufatura de veículos comerciais, inobstante o incentivo fiscal, permaneceu estagnada por conta dos efeitos adversos da crise econômica.

No que concerne à evolução de seus negócios no exterior, em 2010 a Tupy experimentou importante crescimento do volume de vendas – 74,2% sobre o observado em 2009. Ainda que não tenha recuperado completamente o volume de vendas no exterior, as exportações corresponderam, no exercício sob análise, a 85,0% daquelas registradas em 2008. Cabe salientar que este movimento não é traço comum às demais fundições com as quais a Companhia disputa o mercado externo, mas reflete em boa medida as opções que inspiram sua estratégia tecnológica e comercial.

Nesse contexto, a Companhia esteve sempre à frente do mercado de referência. A título de ilustração, as vendas, para os países integrantes do NAFTA, de componentes (blocos, cabeçotes e outros) utilizados na produção de veículos movidos a diesel – caminhões, máquinas agrícolas e de construção etc. – apresentaram crescimento de 63,6%, enquanto o mercado desses componentes cresceu 16,0%.

Em que pese a recuperação ainda tímida da economia dos Estados Unidos, essa diferença deve-se, entre outras razões, ao bom resultado de parcerias de longo prazo que mantém naquele mercado e ao lançamento, com grande sucesso comercial, de veículo cujo motor é produzido com base em bloco de ferro vermicular fornecido pela Tupy.

No mercado europeu, onde o acesso da Companhia quase sempre se dá por meio de produtos de alto conteúdo tecnológico, o quadro não foi diferente: o lançamento de novos produtos e a demanda aquecida de determinados clientes impulsionaram as vendas de componentes para carros de passeio e veículos comerciais leves, as quais cresceram 30,9%, enquanto o segmento avançou 9,0%. Da mesma forma, as vendas de veículos comerciais médios e pesados naquele mercado aumentaram 24% no último exercício, variação que representa praticamente metade da experimentada pelas vendas de componentes da Tupy para o segmento de que se trata – 47,3%.

Em síntese, o desempenho da Tupy em 2010 assemelhou-se de certa maneira ao observado em 2008, quando, conforme antes destacado, a Companhia registrou seu melhor resultado. A esse respeito, merece destaque a contribuição do mercado interno para compensar a queda das exportações, daí resultando volume total de vendas no último exercício equivalente a 97,5% do verificado naquele período.

Como resultado dessa circunstância, o mercado doméstico consolidou o notável aumento de sua participação nos negócios da Tupy, absorvendo pelo segundo ano consecutivo a maior parte (53,7%) do volume total de vendas da Companhia. Embora não

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

seja possível antecipar a manutenção desse *status*, dado que é natural se esperar melhoria futura das economias norte-americana e europeia, o desenvolvimento do mercado brasileiro propiciou à Companhia, no último biênio, a oportunidade de reduzir o impacto da valorização cambial sobre o resultado de suas operações.

À parte os aspectos específicos do negócio, acima descritos, o exercício de 2010 foi bastante rico em projetos corporativos de natureza estruturante, com impactos esperados de curto, médio e longo prazo sobre a gestão e os resultados da Companhia, bem como sobre seu relacionamento com a comunidade investidora. A esse respeito, cabe salientar, dentre outros, a modernização de ferramentas de gestão de desempenho, a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e a implantação de diversos projetos de captura eletrônica de dados no chão de fábrica, com efeito direto sobre a qualidade de processos e produtos e melhoria da produtividade.

Foram reiniciados também investimentos de natureza estratégica – expansão da capacidade de produção de blocos, cabeçotes para motores e peças de geometria e metalurgia complexas – cuja execução havia sido interrompida como medida prudencial diante da incerteza dominante na economia global ao final de 2008. A rápida recuperação dos negócios da Tupy, puxada em parte pelo crescimento da economia brasileira e em parte pelo bom desempenho de negócios de exportação de sua carteira, devolveu a implantação desses projetos à agenda prioritária da Companhia, já que constituem ferramentas essenciais para aproveitar as oportunidades atuais e futuras oferecidas pelo mercado.

Síntese dos Resultados

Após enfrentar e vencer desafio de grande envergadura no período que sucedeu a crise econômica, a Tupy ingressou em 2010 embalada pela combinação entre aquecimento da demanda interna e recuperação de suas vendas para o exterior, fatores cuja emergência já se encontrava presente ao final de 2009.

A concretização dos resultados de 2010 se deu em cenário radicalmente oposto ao prevalecente no ano anterior, quando a Tupy decidiu realizar esforço considerável com o objetivo de proteger os empregados, seu conhecimento e experiência, bem como para que não se perdesse investimento realizado para que os adquirissem. No contexto de 2010, a disponibilidade desses elementos mostrou-se de fundamental importância para o êxito da Companhia e revelou o acerto da decisão acima mencionada, uma vez que, neste caso, a capacidade de mobilizar os recursos exigidos para atendimento tempestivo da demanda fez a diferença.

Isso se percebe claramente pelas distintas composições dos resultados dos dois últimos anos. Em 2009, diante da queda significativa do volumes de vendas e,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

conseqüentemente, da lucratividade operacional, a Companhia foi beneficiada pela contribuição de receitas extraordinárias advindas da adesão ao REFIS, da venda de ativos florestais de controlada e da atualização de direitos junto à Eletrobrás.

No último exercício, ao contrário, o lucro das operações foi o lastro principal do resultado da Companhia, havendo pouca influência de eventos não recorrentes. Em tais circunstâncias, os dados correspondentes revelam o que se segue:

- a. Receita Operacional de aproximadamente R\$ 1,87 bilhão, correspondente a crescimento de 52,9% sobre o ano anterior. Cabe destacar, a propósito deste desempenho:
 - i. O aumento de 51,0% experimentado pelo volume total de vendas e, especialmente, a recuperação das vendas de componentes da Tupy a fabricantes de veículos comerciais tanto no Brasil quanto no exterior, conforme análise apresentada em maior detalhe acima;
 - ii. As dificuldades crescentes, por outro lado, das operações de comércio exterior, tendo em vista os efeitos da continuidade do processo de valorização do real (taxa média de 2009 = R\$ 1,99 / US\$ 1,00 X taxa média de 2010 = R\$1,76 /US\$ 1,00).
- b. Lucro antes do Resultado Financeiro de aproximadamente R\$ 249,53 milhões, correspondente a crescimento de 203,7% sobre o montante verificado no exercício anterior. Salienta-se, ainda uma vez, a contribuição para este resultado dos fatores acima destacados e, além disso:
 - i. A preservação das margens de contribuição, apesar do impacto adverso da inflação de custos das principais matérias-primas e materiais e processos;
 - ii. A maior diluição de custos e despesas fixas e de mão de obra, resultante da melhor utilização da capacidade de produção;
 - iii. O esforço permanente para melhoria da produtividade em todas as áreas.
- c. Resultado Financeiro de R\$ 3,8 milhões (despesa), em contraste com a receita de R\$ 30,0 milhões verificada em 2009. As principais razões para esse resultado encontram-se no impacto das variações cambiais verificadas ao longo do ano sobre as contas da Companhia denominadas em dólar;
- d. Lucro Operacional (antes dos efeitos fiscais), de R\$ 191,7 milhões, ante R\$ 219,2 milhões registrados em 2009. A esse respeito, é imperioso lembrar o efeito, sobre o resultado daquele exercício, dos eventos extraordinários acima mencionados (adesão ao REFIS, venda de ativos florestais de controlada e atualização de direitos junto à Eletrobrás) que implicaram o registro de receita no valor de R\$ 128,6 milhões na conta Outras Receitas/Despesas Operacionais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No exercício de 2010, o resultado líquido verificado na referida conta foi despesa de R\$ 54,0 milhões

- e. Lucro Líquido de R\$ 154,4 milhões, representando 8,3% sobre a receita operacional, contra R\$156,7 milhões em 2009, ou 12,8% da receita operacional. O efeito de eventos não recorrentes, combinado com a queda sofrida pela receita em 2009, explica a diferença acima. É necessário ressaltar, além disso, a natureza qualitativa superior do lucro líquido de 2010, já que oriundo principalmente da atividade fim da Companhia.

Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto

Quando avaliado por meio da geração de caixa proveniente das atividades operacionais, o resultado da Tupy em 2010 apresentou crescimento de 54,8%, propiciando adição ao caixa de R\$ 287,8 milhões, contra R\$ 186,0 milhões em 2009.

A principal razão para essa diferença encontra-se no avanço do resultado advindo das operações – crescimento de 390,8% – que influenciou fortemente o fluxo de caixa, tornando-o significativamente melhor que o de 2009. Com efeito, o fluxo de caixa oriundo das atividades operacionais somou R\$ 271,7 milhões em 2010, ante R\$ 55,4 milhões no exercício anterior.

Igualmente crítico para o fluxo de caixa, o gerenciamento do capital de giro, percebido nas variações em ativos e passivos operacionais, desempenhou importante papel no que tange à liquidez da Companhia e, mesmo em face da significativa evolução dos volumes físicos de produção e vendas (+51,0%), não se observou consumo de caixa. A esse respeito, cabe destacar dentre outros:

- a. A aplicação de capital de giro – principalmente nas contas de Clientes e Estoques – refletiu a evolução dos volumes mencionados acima significou investimento de R\$ 71,7 milhões;
- b. Em compensação, as variações observadas em Salários, Encargos Sociais e Participações e na conta de Fornecedores representaram em conjunto financiamento de R\$ 72,8 milhões. O financiamento da conta de Fornecedores decorreu naturalmente do maior volume de vendas. No caso de Salários, Encargos Sociais e Participações a variação correspondeu, além desse fator, à recomposição da provisão de férias, que havia sido praticamente consumida na íntegra em função de concessões de férias coletivas, necessárias para evitar ajuste significativo do quadro de empregados em 2009.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No capítulo relativo às atividades financeiras observa-se, novamente, que a Companhia contratou, a custos atraentes, empréstimos e financiamentos em volume superior aos que liquidou. Isto demonstra, mais uma vez, a confiança e o reconhecimento dos bancos à solidez patrimonial e financeira da Tupy.

Além disso, destaca-se a amortização de R\$ 100,0 milhões a título de impostos parcelados mediante adesão ao programa REFIS, que permitiu à Companhia resolver, de forma bastante vantajosa, diversas questões cujo desfecho poderia gerar impactos bastante danosos sobre o fluxo de caixa futuro.

As operações de investimentos refletem a retomada das aplicações em ativos imobilizados, R\$ 144,3 milhões frente a R\$ 107,2 milhões realizados em 2009, os quais haviam sido temporariamente suspensos por conta do imperativo de proteger o fluxo de caixa durante a fase crítica da crise econômica de 2008/2009.

Como síntese da interação dos diversos fatores a influenciar o fluxo de caixa, a Companhia encerrou o ano de 2010 com saldo igual a R\$ 578,4 milhões, 32,3% superior ao valor observado ao final de 2009.

Relacionamento com Auditores Independentes

Conforme disposto na Instrução CVM nº. 381/03, de 14/01/2003, informamos que os auditores independentes da Tupy S.A. não prestam à Companhia quaisquer outros serviços além dos concernentes à auditoria das demonstrações financeiras.

Declaração dos diretores sobre a concordância para com as demonstrações financeiras assim como com o relatório dos auditores independentes.

A Diretoria da Sociedade reviu, discutiu e concorda com o integral teor das demonstrações financeiras assim como com o relatório dos auditores independentes, conforme consta da Ata de Reunião de Diretoria de 23/03/2011.

Impacto sócioambiental das atividades da Tupy

O compromisso da Tupy com o gerenciamento dos efeitos de suas operações sobre o meio ambiente e a comunidade em que se insere manteve-se intacto em 2010, independentemente das naturais implicações do notável crescimento da produção e das vendas no exercício sobre a alocação de recursos humanos e materiais disponíveis.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dessa forma, deu-se continuidade ao esforço, que já conta vários anos, para aperfeiçoar o sistema de gestão ambiental e as ferramentas em que se lastreia, sempre com foco nos resultados econômicos e sociais propiciados pelas iniciativas nesta direção.

Os recursos aplicados na proteção ao meio ambiente em 2010 enfocaram principalmente:

- a. A construção, depois de vencida a fase de testes necessários para comprovação da eficácia do processo, da primeira unidade, em escala industrial, de regeneração de areias de moldagem (“areia verde”). Esta unidade, cuja operação terá início no primeiro semestre do corrente ano, poderá regenerar, quando em operação plena, 100.000 t areia/ano, propiciando redução da compra de areia nova correspondente a 35 % do consumo anual da planta de Joinville. A tecnologia correspondente foi desenvolvida pela Tupy e está em processo de registro no INPI;
- b. A consolidação da tecnologia de regeneração de areia “shell”, aplicada à produção de girabrequins. Em ritmo normal de trabalho, eliminar-se-á o descarte em aterro industrial de aproximadamente 19.000 t anuais desse material, reduzindo-se paralelamente em 75% a utilização de insumo de origem natural;
- c. A implantação de unidade de captação de água de chuva em Joinville, com capacidade de 42.000 m³/ano. Iniciativas semelhantes terão curso com vistas a expandir a capacidade de captação, na sede e na filial de Mauá, para 168.000 m³/ano até o final de 2011;
- d. A instalação, nas plantas de Mauá e Joinville, de equipamentos para controle de recebimento de matérias-primas que possam conter materiais radioativos;
- e. Diversas iniciativas visando redução do consumo de energia (elétrica, gás natural e coque), dentre elas a instalação de duas unidades de fusão elétrica que propiciarão queda dos custos de fabricação e melhoria das condições ambientais das operações.

A retribuição ao corpo de funcionários, principal alavanca para o sucesso da Tupy, se fez por meio de gastos no montante de R\$ 380,2 milhões com salários e encargos sociais, participação nos resultados, concessão de benefícios – nas áreas de saúde e alimentação – e desenvolvimento pessoal e profissional de nossos colaboradores, além do contínuo treinamento exigido pela busca da liderança tecnológica e da excelência operacional.

O valor líquido adicionado pela Companhia, sob a forma de salários e encargos sociais, remuneração do capital de terceiros, impostos e contribuições, alcançou R\$ 736,6 milhões, representando 39,4% da receita operacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Perspectivas

Os efeitos relativamente limitados da crise de 2008 sobre a economia brasileira e as perspectivas estabelecidas em função dessa circunstância, em parte realizadas em 2010, permitem estimar futuro promissor para a Tupy no que tange aos seus negócios no mercado doméstico. Essa esperança se sustenta, entre outras razões, no fato de que o Brasil se transformou em um dos destinos prediletos para investimentos diretos estrangeiros, em muitos casos com impacto positivo sobre os negócios da Companhia.

Por outro lado, a polaridade observada em relação ao desenvolvimento econômico global, que opõe – em termos da força do desenvolvimento econômico – países emergentes como Brasil, Índia e China a regiões desenvolvidas do hemisfério norte, notadamente Estados Unidos e Europa, deve paulatinamente se esvanecer. Com efeito, é lícito alimentar a expectativa de que as nações que ainda sofrem com a crise aos poucos retomem o caminho do crescimento.

Nesse contexto, a Tupy encontra-se diante de oportunidades de grande valor e dispõe de condições operacionais, econômicas e financeiras suficientes para aproveitá-las, haja vista que:

- a. A continuidade do processo de transformação econômica do Brasil permitirá à Companhia avançar, como vem fazendo, em segmentos onde já atua ou utilizar competências desenvolvidas ao longo de várias décadas para obter benefícios a partir da concretização do elevado potencial de determinados setores de nossa economia;
- b. No campo externo, o fluxo de novos negócios permanece forte e a Companhia tem logrado êxito no alongamento de contratos fundamentais de sua carteira atual. De fato, em 2010 foram renovados, até 2015, contratos com clientes de grande importância para a Tupy. E a realização, mesmo que vagarosa, das expectativas de retorno ao crescimento dos Estados Unidos e da Europa propiciará espaço adicional para geração de lucros.

Em cenário marcado por transformações tecnológicas profundas em prazos cada vez menores, movidas pela busca de eficiência e por regulamentos ambientais crescentemente mais restritos, os fabricantes de motores vêm exigindo de seus fornecedores a entrega de produtos cuja produção requer, nas áreas de engenharia e manufatura, competências igualmente mais complexas.

Dessa forma, e como condição necessária à preservação e ao engrandecimento de sua posição de mercado, a Tupy deve responder a desafios técnicos e operacionais de envergadura, como o fez no caso do desenvolvimento de produtos, e dos respectivos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

processos fabris, relacionados à manufatura de blocos de motor com paredes finas e do primeiro cabeçote em ferro vermicular.

A propósito, é mandatório lembrar que a realização do valor inerente à capacidade de vencer tais desafios requer atuação comercial que promova o reconhecimento dos diferenciais que a Companhia tem a oferecer e do custo de servir clientes e mercados cuja dinâmica se modifica a intervalos de tempo que vem decrescendo ao longo do tempo.

Acreditamos que a Tupy dispõe das condições e capacidades acima referidas, sem o que não alcançaria a posição destacada de que desfruta na indústria de fundição. Além disso, a Companhia vem consolidando os avanços realizados no âmbito da governança corporativa, da gestão e do pensamento estratégico, elementos indispensáveis para sustentar aspirações ainda mais elevadas quanto à sua valorização pelos acionistas e pelo mercado de capitais.

É nosso dever ressaltar, porém, os efeitos diretos e indiretos de condições adversas tais como a valorização da taxa de câmbio, o peso da carga tributária e as deficiências da infraestrutura de estradas, portos, aeroportos etc., que solapam, juntamente com outros fatores, a competitividade da indústria brasileira e podem colocar em risco o êxito de projetos e empresas nacionais, mesmo no caso daquelas que, como no caso da Tupy, apresentam grande potencial.

Considerando que a preocupação acima mencionada não corresponde a problemas insolúveis – mesmo que sua eliminação envolva grande complexidade –, a esperança de um futuro promissor permanece como fonte de inspiração para o esforço daqueles que trabalham em prol do sucesso da Tupy. Agradecemos a todos – colaboradores, acionistas, credores, clientes, fornecedores e demais *stakeholders* –, certos de que a continuidade de seu incentivo é elemento indispensável para o sucesso futuro da Companhia.

A Administração

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tupy S.A (“Tupy” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima estabelecida no país, com plantas industriais em Joinville, Santa Catarina e Mauá, São Paulo, possui forte posição nacional e internacional na atividade de fundição, segunda maior fundição independente do mundo em blocos e cabeçotes de motor em ferro fundido e a maior da América latina. Possui diversificada base de cliente nos continentes americano, europeu e asiático, atua nos segmentos operacionais de produtos automotivos e produtos industriais. (nota 27)

Além das plantas industriais, a Companhia mantém as seguintes subsidiárias integrais:

- Tupy American Foundry Co., localizada nos Estados Unidos da América e Tupy Europe GmbH, com sede na Alemanha, que funcionam como extensão da atividade automotiva do Brasil, atuando na logística, comercialização e assistência técnica para os produtos automotivos dos clientes situados na América do Norte e Europa;
- Tupy American Iron & Alloys Co., localizada nos Estados Unidos da América e Tupy Argentina S.R.L., com sede na Argentina, que funcionam como extensão da atividade do Brasil, atuando na logística, comercialização e assistência técnica para os produtos industriais dos clientes situados na América do Norte e Argentina;
- Tupy Agroenergética Ltda., empresa brasileira, localizada em Joinville, Santa Catarina, do ramo de reflorestamento, constituída originalmente para suprir fontes alternativas de energia, e atualmente seus ativos encontram-se em processo de alienação;
- Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. – Sofunge, “em liquidação”.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras individuais da controladora, as quais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09; e
- As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International*

Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas demonstrações financeiras consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as IFRS. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos CPCs 15 a 40. Os efeitos da adoção das IFRS e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação. Todas as informações financeiras apresentadas em reais (R\$) foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas ao final de cada exercício. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício seguinte estão incluídas nas notas explicativas, Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 09), Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas (nota 18) e Instrumentos Financeiros (nota 28).

2.4. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

a. Base de consolidação

Controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas. As práticas contábeis das controladas estão alinhadas com as práticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos, transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre as empresas controladas e a Companhia, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Lucros ou prejuízos não realizados oriundos de transações com as empresas controladas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia naquela controlada.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de variação cambial resultantes na conversão são reconhecidas no resultado do exercício.

Operações das controladas no exterior

As informações financeiras de balanço e resultado das empresas controladas que têm moeda funcional diferente da moeda funcional da Companhia são convertidos pela moeda de apresentação, que é o Real (R\$), conforme abaixo:

- Os ativos e passivos são convertidos para reais (R\$) pelas taxas de câmbio apuradas na data do balanço;
- As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em reais (R\$) pelas taxas de câmbio médias mensais; e
- Por não possuírem corpo gerencial próprio, autonomia administrativa, não contratarem operações próprias e funcionarem, na essência, como extensão das atividades da Companhia, os efeitos cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior são reconhecidos no resultado do exercício.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem em caixa, depósitos em contas bancárias, aplicações financeiras no Brasil e no exterior, bem como aquisição de títulos de liquidez imediata, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, os quais representam risco insignificante de mudança de valor. (nota 4)

d. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo amortizado acrescido por juros, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data do balanço. (nota 5)

e. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de custo amortizado, menos perdas do valor recuperável, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas de créditos junto a clientes, é reconhecida com base na idade das contas a receber em atraso. (nota 6)

f. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total de custos industriais, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. A análise para a constituição de provisão considera a aplicabilidade, a capacidade de recuperação, realização e sinais de obsolescência.

O custo dos estoques inclui os gastos incorridos na aquisição dos insumos, transporte até sua localização atual e todos os custos fixos e variáveis diretos e indiretos de produção, necessários à transformação dos insumos em produtos acabados comercializáveis.

O custo dos estoques não excede o menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos e despesas para realizar a venda. (nota 7)

g. Ferramentais de terceiros

Referem-se a ferramentais em produção para atender contratos com clientes. São avaliados pelo custo de construção, deduzido de provisão para ajuste aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Quando terminados são faturados aos clientes e permanecem na Companhia, sob contrato de comodato, para serem utilizados no processo produtivo.

h. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (nota 9 e 24)

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se houver um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionarem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data do balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

i. Ativos mantidos para venda

Os ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual.

Os ativos classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. (nota 12)

j. Investimentos

A Companhia consolidou integralmente as Demonstrações Financeiras da Tupy S.A. e todas as empresas controladas da Companhia. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades.

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, eliminando-se os lucros não realizados até a data do balanço. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para ajuste aos prováveis valores de realização, quando aplicável. (nota 13)

k. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. (nota 14)

O custo histórico de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à instalação do ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui os materiais, a mão de obra e quaisquer outros custos necessários para colocar o ativo no local e em condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida. Ambos incluem os custos de empréstimos enquanto mantidos em instalação ou construção, para os respectivos ativos qualificáveis.

Isenção referente ao custo atribuído (“deemed cost”)

A Companhia e suas controladas revisaram e decidiram por manter os custos históricos dos bens do ativo imobilizado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- Opção pela manutenção dos saldos de reavaliação existentes, que foram admitidos como custo atribuído no balanço de abertura, em razão da compatibilidade entre a reavaliação e o respectivo valor justo dos bens reavaliados, na data em que foi realizada;
- Expressivo montante de investimentos em ativo imobilizado realizados nos últimos três anos; e,
- O fato de que a Companhia já adota, há muitos anos, taxas de depreciações baseadas na vida útil econômica dos bens depreciables.

A Companhia optou por admitir os saldos de reavaliações existentes como parte integrante do valor de custo dos seus respectivos bens, assim está alterando a titularidade da conta de reserva de reavaliação para ajuste de avaliação patrimonial.

Depreciação

A depreciação é calculada a partir do custo de um ativo e reconhecida no resultado com base na vida útil estimada de cada ativo, ou das partes de cada ativo, pelo método linear, considerando que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos mercantis financeiros em vista de se tratar de financiamento de ativo imobilizado. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do contrato de arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o bem arrendado é registrado de acordo com a prática contábil aplicável ao ativo imobilizado.

1. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

Na data de cada balanço, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado pelo seu uso ou pelo valor de venda. Caso se identifique tais evidências, a Companhia efetua os cálculos para a identificação do valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo no resultado do exercício.

m. Financiamentos e empréstimos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. (nota 15)

n. Salários, encargos sociais e participações

Obrigações a empregados e os encargos relacionados são mensurados quando incorridos e registrados como despesas conforme o serviço for prestado.

O passivo relativo ao programa de participação no resultado de curto prazo é reconhecido pelo valor estimado a ser pago pela Companhia. (nota 17)

o. Adiantamentos de clientes

Referem-se a adiantamentos de recursos para a construção de ferramentais que serão utilizados no processo produtivo. São registrados pelos valores contratados e atualizados pela variação cambial quando aplicável e liquidados quando do faturamento do objeto da transação.

p. Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. É constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até as datas dos balanços, observada a natureza de cada provisão e apoiada na opinião de advogados internos e externos à Companhia. (nota 18)

q. Receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos tributos e dos descontos incidentes. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando concedidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. (nota 20)

r. Lucro por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício

atribuível aos acionistas da Companhia dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, quando houver. (nota 25)

s. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia fizer parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação, diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros, são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros após o reconhecimento inicial, se aplicável e reconhecidos imediatamente no resultado.

Quando a Companhia tiver o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente ela pode apresentá-lo de forma compensada no balanço patrimonial. (nota 28)

Ativos financeiros

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros: caixa e equivalentes de caixa, investimentos mantidos até o vencimento, contas a receber e títulos a receber e outros.

Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros: empréstimos e financiamentos, fornecedores e títulos a pagar e outros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira.

Instrumentos derivativos são reconhecidos pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos.

t. Demonstrações de valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no *CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado*. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

u. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas e interpretações das IFRSs emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – aplicável para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRIC 14 (alteração) – “Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamentos” - aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes as IFRSs acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

3. EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRSs E DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

Efeito da adoção das IFRSs nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRSs. A Companhia aplicou as práticas contábeis definidas na nota 2, em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009.

A Companhia adotou a isenção opcional de aplicação retrospectiva do custo atribuído, descrita na nota 2, prevista na IFRS 1 e no *CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade*, na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição.

As demais isenções da norma não são relevantes para a Companhia e não foram adotadas.

Os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas estão descritos nos quadros abaixo:

A T I V O	Consolidado							
	Data de transição - 01/01/2009				Data de 31/12/2009			
	Efeito da transição para as			IFRS	Efeito da transição para as			
	BR GAAP	IFRSs			BR GAAP	IFRSs		
CIRCULANTE	811.408	(13.744)	(a)	797.664	877.821	(8.780)	(a)	869.041
NÃO CIRCULANTE	1.227.280	13.744	(a)	1.241.024	1.300.784	8.780	(a)	1.309.564
TOTAL DO ATIVO	2.038.688	-		2.038.688	2.178.605	-		2.178.605

	Consolidado						
	Data de transição - 01/01/2009			Data de 31/12/2009			
	BR GAAP	Efeito da transição para as	IFRS	BR GAAP	Efeito da transição para as	(b)	IFRS
		IFRSs			IFRSs		
PASSIVO							
CIRCULANTE	458.087	-	458.087	501.460	(22.348)	(b)	479.112
NÃO CIRCULANTE	803.215	9.868 (c)	813.083	808.016	9.868 (c)		817.884
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	777.386	(9.868) (c)	767.518	869.129	12.480 (b+c)		881.609
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.038.688	-	2.038.688	2.178.605	-		2.178.605

Notas Explicativas TUPY S.A.

RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado em 1º de janeiro de 2009		777.386
<i>Descrição dos ajustes para nova prática:</i>		
- Imposto de renda diferido sobre reavaliações de terrenos e edificações	(c)	(9.868)
Patrimônio líquido conforme as IFRSs em 1º de janeiro de 2009		767.518
Patrimônio líquido originalmente apresentado em 31 de dezembro de 2009		869.129
<i>Descrição dos ajustes para nova prática:</i>		
- Imposto de renda diferido sobre reavaliações de terrenos e edificações	(c)	(9.868)
- Dividendos adicionais propostos	(b)	22.348
Patrimônio líquido conforme as IFRSs em 31 de dezembro de 2009		881.609

Explicação das reconciliações

A seguir as explicações das mudanças de práticas contábeis decorrentes da transição para as IFRSs:

- (a) Reclassificação do imposto de renda e contribuição social diferidos do ativo circulante para o não circulante;
- (b) Reclassificação dos dividendos propostos superiores ao mínimo obrigatório de 25%; e,
- (c) Registro do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a reavaliação de terrenos e edifícios efetuada em 1990, que foi originalmente contabilizada no patrimônio líquido sem os efeitos tributários.

As mudanças de práticas contábeis não impactaram o resultado Consolidado da Companhia.

Efeito da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC nas Demonstrações Financeiras Individuais

Na preparação das suas demonstrações financeiras individuais (identificadas como Companhia) a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia aplicou as práticas contábeis definidas na nota 2, em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no *CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40*, ajustando as suas demonstrações financeiras individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação a consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e do *CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade*.

Notas Explicativas TUPY S.A.

Para isso, a Companhia efetuou nas duas demonstrações financeiras individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme nota 2 acima.

	Companhia					
	Data de transição - 01/01/2009			Data de 31/12/2009		
	Efeito da transição para as IFRSs			Efeito da transição para as IFRSs		
	BR GAAP anterior		BR GAAP reapresentado	BR GAAP anterior		BR GAAP reapresentado
ATIVO						
CIRCULANTE	750.889	(13.744) (a)	737.145	818.888	(8.780) (a)	810.108
NÃO CIRCULANTE	1.281.698	13.744 (a)	1.295.442	1.353.995	8.780 (a)	1.362.775
TOTAL DO ATIVO	2.032.587	-	2.032.587	2.172.883	-	2.172.883

	Companhia					
	Data de transição - 01/01/2009			Data de 31/12/2009		
	Efeito da transição para as IFRSs			Efeito da transição para as IFRSs		
	BR GAAP anterior		BR GAAP reapresentado	BR GAAP anterior		BR GAAP reapresentado
PASSIVO						
CIRCULANTE	391.260	-	391.260	493.310	(22.348) (b)	470.962
NÃO CIRCULANTE	863.941	9.868 (c)	873.809	810.444	9.868 (c)	820.312
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	777.386	(9.868) (c)	767.518	869.129	12.480 (b+c)	881.609
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.032.587	-	2.032.587	2.172.883	-	2.172.883

RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio líquido originalmente apresentado em 1º de janeiro de 2009

Companhia
777.386

Descrição dos ajustes para nova prática:

- Imposto de renda diferido sobre reavaliações de terrenos e edificações (c) (9.868)

Patrimônio líquido conforme CPC em 1º de janeiro de 2009

767.518

Patrimônio líquido originalmente apresentado em 31 de dezembro de 2009

869.129

Descrição dos ajustes para nova prática:

- Imposto de renda diferido sobre reavaliações de terrenos e edificações (c) (9.868)

- Dividendos adicionais propostos (b) 22.348

Patrimônio líquido conforme CPC em 31 de dezembro de 2009

881.609

Explicação das reconciliações

Os efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC nas Demonstrações Financeiras Individuais são os mesmos da transição para as IFRSs da Demonstração Financeira Consolidada, descritos no item anterior e não impactaram o resultado da Companhia.

Efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC nas informações trimestrais – ITR de 2010

Conforme a Deliberação CVM nº 656/2011, a Companhia optou por reapresentar suas Informações Trimestrais - ITR de 2010 quando da apresentação das primeiras Informações Trimestrais – ITR de 2011.

Estas Informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os

requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

Os efeitos no patrimônio líquido da Companhia e do Consolidado, decorrentes da aplicação de todos os pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, e das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, estão demonstrados a seguir:

RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

		Companhia e Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado em 31 de dezembro de 2009		869.129
<i>Descrição dos ajustes para nova prática:</i>		
- Imposto de renda diferido sobre reavaliações de terrenos e edificações	(a)	(9.868)
- Dividendos adicionais propostos	(b)	22.348
Patrimônio líquido conforme CPC e as IFRSs em 31 de dezembro de 2009		881.609
Patrimônio líquido originalmente apresentado em 31 de março de 2010		898.441
<i>Descrição dos ajustes para nova prática:</i>		
- Imposto de renda diferido sobre reavaliações de terrenos e edificações	(a)	(9.868)
- Dividendos adicionais propostos	(b)	22.348
Patrimônio líquido conforme CPC e as IFRSs em 31 de março de 2010		910.921
Patrimônio líquido originalmente apresentado em 30 de junho de 2010		933.175
<i>Descrição dos ajustes para nova prática:</i>		
- Imposto de renda diferido sobre reavaliações de terrenos e edificações	(a)	(9.868)
Patrimônio líquido conforme CPC e as IFRSs em 30 de junho de 2010		923.307
Patrimônio líquido originalmente apresentado em 30 de setembro de 2010		991.929
<i>Descrição dos ajustes para nova prática:</i>		
- Imposto de renda diferido sobre reavaliações de terrenos e edificações	(a)	(9.868)
Patrimônio líquido conforme CPC e as IFRSs em 30 de setembro de 2010		982.061

Explicação das reconciliações

A seguir as explicações dos efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC nas Demonstrações Financeiras Individuais e das mudanças de práticas contábeis decorrentes da transição para as IFRSs nas Demonstrações Financeiras Consolidadas:

- (a) Registro do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a reavaliação de terrenos e edifícios efetuada em 1990, que foi originalmente contabilizada no patrimônio líquido sem os efeitos tributários; e,
- (b) Reclassificação dos dividendos propostos superiores ao mínimo obrigatório de 25%.

A adoção dos novos pronunciamentos contábeis e as mudanças de práticas contábeis não impactaram o resultado da Companhia e do Consolidado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Companhia			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Caixa e bancos	1.269	1.834	2.235	1.322	1.838	2.239
Aplicações financeiras no país	398.542	269.587	64.460	398.542	269.587	64.460
Aplicações financeiras no exterior	158.357	137.157	89.687	178.502	165.815	185.882
	558.168	408.578	156.382	578.366	437.240	252.581

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

As aplicações financeiras no país são remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, com taxa média de 10,84% ao ano e no exterior à taxa média de 0,55% ao ano (taxas médias de 8,76% e 0,37% ao ano, respectivamente, em dezembro de 2009).

As exposições ao risco de taxa de juros e análise de sensibilidade para os ativos financeiros estão divulgados na nota de instrumentos financeiros nº 28.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LONGO PRAZO	Companhia			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Aplicações financeiras no país	19.963	13.682	-	19.963	13.682	-

São remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, à taxa média de 11,13% ao ano (taxa média de 8,93% ao ano em dezembro de 2009) e representadas pela garantia de depósito caução a favor do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (nota 15)

6. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

Os valores a receber de clientes indicados por mercado e por prazo de recebimento estão refletidos abaixo:

CONTAS A RECEBER	Companhia			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Mercado interno	87.536	77.547	51.382	87.624	77.597	51.523
Mercado externo	116.357	107.233	216.739	130.391	100.048	128.741
	203.893	184.780	268.121	218.015	177.645	180.264
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.278)	(3.629)	(3.449)	(3.278)	(3.629)	(3.449)
Contas a receber, líquidas	200.615	181.151	264.672	214.737	174.016	176.815

Notas Explicativas TUPY S.A.

	Companhia			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
A vencer até 30 dias	123.359	106.356	170.262	161.164	110.391	144.785
A vencer de 31 a 60 dias	53.700	38.750	54.457	29.773	33.804	16.754
A vencer acima de 61 dias	19.407	23.984	27.224	17.768	17.760	2.547
Vencidas	7.427	15.690	16.178	9.310	15.690	16.178
	203.893	184.780	268.121	218.015	177.645	180.264

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada com base nos clientes em atraso, nas condições descritas abaixo.

Condições de atraso			Companhia e Consolidado		
			2010	2009	01/01/2009
Mercado interno	De 60 a 180 dias	50%	(92)	(241)	(107)
	Acima de 180 dias	100%	(350)	(197)	(228)
Mercado externo	De 90 a 180 dias	50%	-	-	(435)
	Acima de 180 dias	100%	(2.836)	(3.191)	(2.679)
			(3.278)	(3.629)	(3.449)

Durante o período, a provisão para devedores duvidosos apresentou a seguinte movimentação:

	Companhia e Consolidado
Saldo em 01/01/2009	(3.449)
Adições	(1.223)
Baixas por perda	1.043
Saldo em 31/12/2009	(3.629)
Adições	(75)
Baixas por perda	426
Saldo em 31/12/2010	(3.278)

7. ESTOQUES

	Companhia			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Produtos acabados	59.794	31.192	65.752	88.327	62.622	112.310
Produtos em elaboração	26.239	28.227	31.096	26.239	28.227	31.096
Matérias-primas	27.233	26.982	31.935	27.233	26.982	31.935
Materiais de processo	26.509	26.643	47.694	26.509	26.643	47.694
Materiais de manutenção e outros	36.755	33.769	36.557	36.755	33.769	36.557
Provisão para perdas	(3.867)	(5.599)	(8.033)	(3.867)	(5.599)	(8.033)
	172.663	141.214	205.001	201.196	172.644	251.559

Determinados itens foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização. Durante o período, a provisão para ajuste dos estoques ao valor de realização apresentou a seguinte movimentação:

Notas Explicativas TUPY S.A.

	Companhia e consolidado
Saldo em 01/01/2009	(8.033)
Adições	(3.125)
Reversões	3.968
Baixas por perda	1.591
Saldo em 31/12/2009	(5.599)
Adições	(2.531)
Reversões	141
Baixas por perda	4.122
Saldo em 31/12/2010	(3.867)

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Os impostos e contribuições a recuperar, classificados em função da expectativa de realização, são representados como segue:

	Companhia								
	2010			2009			01/09/2009		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(a) Crédito prêmio de IPI 1979/1981	-	52.560	52.560	-	50.493	50.493	-	49.487	49.487
(b) Crédito prêmio de IPI 1981/1985	-	-	-	-	5.766	5.766	-	5.766	5.766
(c) Crédito prêmio de IPI 1988/1990	-	88.843	88.843	-	129.584	129.584	-	-	-
(d) COFINS alargamento base de cálculo	-	25.170	25.170	-	23.237	23.237	-	-	-
(e) ICMS a recuperar - SP	-	32.138	32.138	-	36.508	36.508	-	39.582	39.582
(e) Provisão para perdas com ICMS	-	(15.501)	(15.501)	-	(15.501)	(15.501)	-	(15.501)	(15.501)
(f) ICMS a recuperar - SC	7.368	7.005	14.373	16.075	7.005	23.080	7.186	6.277	13.463
Imposto de renda a recuperar	7.197	-	7.197	11.418	-	11.418	19.958	15.760	35.718
Contribuição social a recuperar	2.603	-	2.603	-	-	-	17.421	-	17.421
COFINS a recuperar	1.056	-	1.056	788	-	788	2.753	-	2.753
PIS a recuperar	207	-	207	158	-	158	551	-	551
IPI a recuperar e outros	2	-	2	169	-	169	38	-	38
	18.433	190.215	208.648	28.608	237.092	265.700	47.907	101.371	149.278

	Consolidado								
	2010			2009			01/09/2009		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(a) Crédito prêmio de IPI 1979/1981	-	52.560	52.560	-	50.493	50.493	-	49.487	49.487
(b) Crédito prêmio de IPI 1981/1985	-	-	-	-	5.766	5.766	-	5.766	5.766
(c) Crédito prêmio de IPI 1988/1990	-	88.843	88.843	-	129.584	129.584	-	-	-
(d) COFINS alargamento base de cálculo	-	25.170	25.170	-	23.237	23.237	-	-	-
(e) ICMS a recuperar - SP	-	32.138	32.138	-	36.508	36.508	-	39.582	39.582
(e) Provisão para perdas com ICMS	-	(15.501)	(15.501)	-	(15.501)	(15.501)	-	(15.501)	(15.501)
(f) ICMS a recuperar - SC	7.368	7.005	14.373	16.075	7.005	23.080	7.186	6.277	13.463
Imposto de renda a recuperar	7.228	209	7.437	11.450	201	11.651	19.958	16.002	35.960
Contribuição social a recuperar	2.603	-	2.603	-	-	-	17.421	-	17.421
COFINS a recuperar	1.056	-	1.056	788	-	788	2.753	-	2.753
PIS a recuperar	207	-	207	158	-	158	551	-	551
IPI a recuperar e outros	5.296	1.789	7.085	3.960	2.219	6.179	4.926	4.447	9.373
	23.758	192.213	215.971	32.431	239.512	271.943	52.795	106.060	158.855

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte:

a. Crédito Prêmio de IPI - Exportações 1979 a 1981.

Trata-se do benefício fiscal conhecido como Crédito-Prêmio de IPI, originário das exportações realizadas pela Companhia entre os anos de 1979 e 1981, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisão judicial transitada em julgado em dezembro de 2003. Tal decisão é objeto de ação de execução de sentença que se encontra em fase final junto ao Superior Tribunal de Justiça. A Companhia pretende iniciar os procedimentos de compensação do crédito no primeiro trimestre de 2011.

b. Crédito Prêmio de IPI - Exportações 1981 a 1985.

Crédito-Prêmio de IPI originário das exportações realizadas pela Companhia entre os anos de 1981 e 1985, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisão judicial transitada em julgado e utilizado, enquanto permitido, para pagamento de tributos federais mediante compensação, que foi homologada pela Receita Federal. Em 2010 a Companhia optou por manter a discussão pertinente a esses créditos no âmbito administrativo e o saldo existente em 31 de dezembro de 2009 foi baixado a resultado. (nota 23)

c. Crédito Prêmio de IPI – Exportações Jun/1988 a Out/1990.

Crédito-Prêmio de IPI originário das exportações realizadas pela Companhia entre os meses de junho de 1988 e outubro de 1990, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisão do Superior Tribunal de Justiça transitada em julgado em abril de 2009. Considerando os critérios de atualização monetária para essa questão e a documentação atualmente exigida para realização do crédito (tudo de acordo com a respectiva jurisprudência atual) a Companhia revisou a documentação histórica referente a suas operações de exportações e o resultado do trabalho apontou que o valor do crédito para o período de referência é de R\$ 88.843. A diferença de R\$ 40.741 em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2009 foi reconhecida como despesa operacional (nota 23).

Do valor reconhecido como despesa operacional mencionado no parágrafo anterior, o montante de R\$ 34.917 é composto de créditos que a Companhia e seus assessores jurídicos entendem ser possível a comprovação do direito em juízo.

Em 2011, a Companhia iniciará a execução judicial objetivando a autorização para realização.

d. Crédito de COFINS alargamento da base de cálculo (Lei 9.718/98).

Direito à restituição de pagamento desse tributo que posteriormente foi reconhecido como não devido pela Companhia, em decisão judicial transitada em julgado em maio de 2006. O apontado pagamento foi feito, à época, mediante compensação com Crédito-Prêmio IPI, compensação essa não aceita pela Receita Federal. O contencioso e respectivo débito em favor da Receita Federal referente a tal compensação foi liquidado no âmbito da anistia instituída pela Medida Provisória nº 470/09, em outubro de 2010. A Companhia pretende iniciar os procedimentos de compensação do crédito no primeiro trimestre de 2011.

e. ICMS a recuperar em São Paulo.

São créditos decorrentes de compras de matérias-primas utilizadas na manufatura de produtos exportados. A Administração protocolou, junto à Secretaria da Fazenda Estadual do Estado de São Paulo, requerimento com vistas à possibilidade da transferência a título oneroso de tais créditos a fornecedores situados nesse Estado. Para compensar eventuais perdas do saldo credor em razão da demora na obtenção de tal autorização, a Administração constituiu provisão no valor de R\$ 15.501.

Notas Explicativas TUPY S.A.

Enquanto aguarda a autorização acima mencionada, a Companhia reavaliou suas operações entre as unidades de Santa Catarina e São Paulo objetivando minimizar as perdas, a qual resultou em redução do saldo credor em R\$ 4.370 em 2010 (R\$ 3.074 em 2009).

f. ICMS a recuperar em Santa Catarina.

São créditos decorrentes de compras de ativos imobilizados, no montante de R\$ 14.373, realizáveis em 48 parcelas conforme a legislação estadual aplicável (R\$ 11.157 em de 2009).

Em 2009 a Companhia possuía ainda R\$ 11.563 referentes a crédito advindo de adesão a programa de anistia fiscal concedido pelo Estado de Santa Catarina através da MP 160/SC, os quais foram integralmente utilizados ao longo de 2010.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS	Companhia			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Ativo circulante						
Clientes	1.799	1.234	1.173	1.799	1.234	1.173
Estoques	1.315	1.904	2.731	1.315	1.904	2.731
Impostos e contribuições a recuperar	5.270	5.270	5.270	5.270	5.270	5.270
Outros itens	1.438	6.719	5.429	1.438	6.719	5.429
Ativo não circulante						
Prejuízos fiscais	-	6.333	66.404	-	6.333	66.404
Bases negativas	-	2.447	26.665	-	2.447	26.665
Imobilizado	(76.492)	(84.568)	(91.284)	(76.492)	(84.568)	(91.284)
Depreciação incentivada	(546)	(506)	(642)	(546)	(506)	(642)
Contratos de leasing	(632)	(845)	(846)	(632)	(845)	(846)
Lucros não realizados	-	-	-	2.482	889	9.071
Passivo não circulante						
Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas	53.457	39.394	78.495	53.457	39.394	78.495
	(14.391)	(22.618)	93.395	(11.909)	(21.729)	102.466
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	62.101	61.950	184.679	64.583	62.839	193.750
(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	76.492	84.568	91.284	76.492	84.568	91.284
	(14.391)	(22.618)	93.395	(11.909)	(21.729)	102.466

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao programa de pagamentos e parcelamentos de débitos fiscais – REFIS, utilizando créditos de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre bases negativas no montante de R\$ 83.618 para liquidação de parte dos débitos oferecidos no programa, conforme nota 16.

Para o ativo diferido de imposto de renda e contribuição social, a Companhia elaborou estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração, o qual indica a plena recuperação destes tributos diferidos. Em 31 de dezembro, a estimativa de realização futura, baseada na projeção de lucros da Companhia é como segue:

Notas Explicativas TUPY S.A.

Ano	Companhia			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
2010	-	8.780	26.376	-	8.780	26.376
2011	27.247	15.567	17.380	27.247	15.567	17.380
2012	27.488	18.302	22.444	27.488	18.302	22.444
2013	7.366	19.301	22.343	9.848	20.164	22.343
2014	-	-	21.778	-	26	21.778
2015 a 2017	-	-	61.987	-	-	61.987
Após 2017	-	-	12.371	-	-	21.442
	62.101	61.950	184.679	64.583	62.839	193.750

A controlada Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge (em liquidação) possui prejuízos fiscais de R\$ 55.755 (R\$ 55.852 em 2009 e R\$ 64.471 em 01/01/2009) e bases negativas da contribuição social de R\$ 60.986 (R\$ 60.930 em 2009 e R\$ 55.180 em 01/01/2009). No momento a Administração não vislumbra forma de realização, por esse motivo os respectivos créditos não estão registrados. A redução dos prejuízos fiscais em relação aos valores de 01/01/2009 reflete a utilização de parte do crédito para liquidação dos débitos liquidados no REFIS em 2009.

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações da Companhia com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

a. Empresas controladas:

Balanco patrimonial	Direitos a receber			Obrigações		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Tupy Agroenergética Ltda.	-	-	-	3.475	3.056	2.624
Companhia Técnica de Fundições Gerais SA. - Sofunge "em liquidação"	-	-	-	2.253	2.529	9.110
Tupy American Foundry Co.	35.494	41.620	119.376	-	-	117.451
Tupy American Iron & Alloys Co.	910	1.623	6.421	-	-	-
Tupy Europe GmbH	23.213	11.758	46.081	-	-	-
Tupy Argentina S.R.L.	1.957	2.472	14.469	-	-	-
	61.574	57.473	186.347	5.728	5.585	129.185

Demonstração do resultado	Receita de vendas		Despesa financeira	
	2010	2009	2010	2009
Tupy Agroenergética Ltda.	-	-	(23)	(109)
Companhia Técnica de Fundições Gerais SA. - Sofunge "em liquidação"	-	-	(16)	(61)
Tupy American Foundry Co.	345.892	163.494	-	(5.999)
Tupy American Iron & Alloys Co.	4.252	2.256	-	-
Tupy Europe GmbH	123.485	78.799	-	-
Tupy Argentina S.R.L.	2.805	3.450	-	-
	476.434	247.999	(39)	(6.169)

Os direitos a receber e as receitas de vendas da Companhia com suas controladas são representadas basicamente por operações de venda de mercadorias e os preços e prazos são definidas conforme estabelecido entre as partes.

As obrigações representam empréstimos de mútuo de controladas no Brasil, remunerados pela variação da TR – Taxa Referencial e pré-pagamentos de exportação (em 2008) com subsidiária no exterior, atualizado pela variação cambial + *Libor* + 2,85% a.a.

b. Principais acionistas:

A Companhia tem como principais acionistas a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

A Companhia mantém contrato de financiamento com o BNDES, acionista controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, conforme detalhado na nota 15.

A Companhia não tem transações comerciais relevantes com empresas nas quais seus principais acionistas detêm participação acionária.

c. Remuneração dos administradores

	Conselho de Administração		Diretoria Executiva	
	2010	2009	2010	2009
Membros	7	7	5	4
Remuneração Fixa	780	631	2.838	2.123
Remuneração Variável	-	-	3.324	1.275
	780	631	6.162	3.398

A remuneração global aprovada em AGO/E é de R\$ 8.500 (R\$ 8.500 em 2009).

A título de benefícios corporativos, os Diretores da Companhia fazem jus a automóvel, reembolso de despesas destes, seguro saúde e indenização por rescisão contratual.

A Companhia não oferece aos administradores, plano de benefício pós-exoneração e plano de participações em ações.

Não houve remuneração dos diretores nas empresas controladas.

O valor registrado em 2009 a título de remuneração variável, no montante de R\$ 1.275, foi estornado em 2010, dado que as metas não foram atingidas.

11. CRÉDITOS ELETROBRÁS

São créditos registrados em 2003, referentes ao reconhecimento pelo Poder Judiciário (com trânsito em julgado) do direito ao complemento da correção monetária do empréstimo compulsório da Eletrobrás e dos respectivos juros.

No âmbito da ação judicial de execução de sentença, após várias manifestações da Companhia sobre o direito ao ressarcimento dos valores mediante correção pela

Notas Explicativas TUPY S.A.

aplicação dos juros remuneratórios e moratórios, o perito contábil indicado pelo juiz apresentou manifestação indicando o crédito da Companhia, caso ambos os juros fossem considerados.

A 1ª Seção do STJ ao julgar, em agosto de 2009, os Recursos Especiais nº 1.003.955/RS e 1.028.592/RS decidiu que a cumulação dos juros é plenamente viável.

Em dezembro de 2009, com base na decisão acima, na Súmula 254 do STF e no último parecer do perito judicial, a Companhia registrou R\$ 27.896 a título de juros moratórios de 6% ao ano até 11 de janeiro de 2003 (nota 23).

Em outubro de 2010, a Companhia apresentou suas alegações finais sustentando o crédito que mantém registrado. O processo aguarda a decisão judicial.

Abaixo quadro demonstrativo da evolução do saldo da conta:

	Companhia e consolidado
Saldo em 01/01/09	52.385
Juros remuneratórios	5.060
Juros moratórios	27.896
Saldo em 31/12/09	85.341
Juros remuneratórios	4.943
Saldo em 31/12/10	90.284

12. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

A Companhia pretende vender no prazo de 12 meses os investimentos em reflorestamentos da controlada Tupy Agroenergética Ltda., os quais não são mais utilizados.

Não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

A companhia reavaliou a probabilidade de alienação, em curto prazo, dos valores registrados em 2009 e decidiu por retornar ao ativo imobilizado o montante de R\$ 5.735.

Investimentos da mesma natureza foram alienados em 2009, totalizando um resultado positivo líquido de R\$ 21.382, conforme mencionado na nota 23.

13. INVESTIMENTOS

	Companhia			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
EM CONTROLADAS:						
Tupy Agroenergética Ltda.	13.184	13.087	26.036	-	-	-
Companhia Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	2.038	-	-	-	-	-
Tupy American Foundry Co.	25.840	24.784	30.217	-	-	-
Tupy American Iron & Alloys Co.	1.997	1.820	1.112	-	-	-
Tupy Europe GmbH	30.257	26.897	26.315	-	-	-
Tupy Argentina S.R.L.	2.370	2.196	-	-	-	-
	<u>75.686</u>	<u>68.784</u>	<u>83.680</u>			
OUTROS INVESTIMENTOS	582	582	582	922	980	582
	<u>76.268</u>	<u>69.366</u>	<u>84.262</u>	<u>922</u>	<u>980</u>	<u>582</u>

A movimentação ocorrida nas contas durante o exercício é assim representada:

	Investimentos em Controladas							Provisões para perdas		
	Tupy Agroenergética Ltda.	Soc. Téc. de Fund.Gerais S.A.-Sofunge	Tupy American Foundry	Tupy American Iron & Alloys	Tupy Europe GmbH	Tupy Argentina SRL	Total	Soc. Téc. de Fund.Gerais S.A.-Sofunge	Tupy Argentina S.R.L.	Total
Participação no capital social (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		100,00	100,00	
TOTAL DO ATIVO E PASSIVO										
01/01/2009	26.428	9.972	282.351	9.083	101.545	9.695	439.074	-	-	-
2009	13.852	3.371	85.358	3.796	44.566	4.399	155.342	-	-	-
2010	13.296	3.098	81.881	3.529	65.260	4.036	171.100	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
01/01/2009	26.036	-	30.217	1.112	26.315	-	83.680	(36.218)	(5.243)	(41.461)
2009	13.087	-	24.784	1.820	26.897	2.196	68.784	(43.093)	-	(43.093)
2010	13.184	2.038	25.840	1.997	30.257	2.370	75.686	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO:										
Após a eliminação de lucros não realizados										
01/01/2009	806	-	9.381	(166)	10.229	-	20.250	(8.322)	(821)	(9.143)
2009	22.087	-	(5.433)	708	582	2.196	20.140	(6.875)	5.243	(1.632)
2010	97	2.038	1.056	177	3.360	174	6.902	43.093	-	43.093
Saldo em 01 de janeiro de 2009	26.036	-	30.217	1.112	26.315	-	83.680	(36.218)	(5.243)	(41.461)
Participação no resultado das controladas	22.087	-	(5.433)	708	582	2.196	20.140	(6.875)	5.243	(1.632)
Redução de capital e reservas	(21.036)	-	-	-	-	-	(21.036)	-	-	-
Distribuição de lucros	(14.000)	-	-	-	-	-	(14.000)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	13.087	-	24.784	1.820	26.897	2.196	68.784	(43.093)	-	(43.093)
Participação no resultado das controladas	97	2.038	1.056	177	3.360	174	6.902	43.093	-	43.093
Saldo em 31 de dezembro de 2010	13.184	2.038	25.840	1.997	30.257	2.370	75.686	-	-	-

Em junho de 2009, a controlada Tupy Agroenergética Ltda. reduziu o seu capital social e distribuiu lucros para a Companhia.

Em novembro de 2009, a controlada Sociedade Técnica de Fundições Gerais - SOFUNGE "em liquidação" aderiu ao programa de pagamentos de débitos fiscais instituído pela lei nº 11.941/09 e liquidou passivo de R\$ 10.706, referente a débitos previdenciários, mediante pagamento a vista e compensação com créditos de prejuízos fiscais. O saldo remanescente na controlada foi reclassificado como contingência cível de titularidade de sua controladora, sendo transferido para a Companhia em setembro de 2010 no montante de R\$ 54.166, proporcionando para a controlada um patrimônio líquido de R\$ 2.038, em relação a um passivo a descoberto de R\$ 43.093, apresentado em dezembro de 2009.

14. IMOBILIZADO

a. Movimentação do ativo imobilizado

ATIVO IMOBILIZADO	Companhia							Total
	Máquinas, instalações e equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizações em andamento	Outros	
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2009	1.085.629	140.441	8.748	14.568	8.556	100.459	143	1.358.544
Adições	65.204	3.342	-	1.479	91	36.648	236	107.000
Baixas	(7.386)	-	-	(47)	-	-	-	(7.433)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.143.447	143.783	8.748	16.000	8.647	137.107	379	1.458.111
Adições	62.328	7.822	-	1.505	106	69.523	2.932	144.216
Baixas	(6.382)	(39)	-	(19)	(118)	-	-	(6.558)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.199.393	151.566	8.748	17.486	8.635	206.630	3.311	1.595.769
Depreciação								
Saldo em 1º de janeiro de 2009	(407.054)	(76.196)	-	(6.997)	(7.900)	-	-	(498.147)
Depreciação no período	(61.829)	(3.929)	-	(2.065)	(165)	-	-	(67.988)
Baixas	314	-	-	47	-	-	-	361
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(468.569)	(80.125)	-	(9.015)	(8.065)	-	-	(565.774)
Depreciação no período	(70.185)	(3.927)	-	(2.022)	(121)	-	-	(76.255)
Baixas	1.954	39	-	19	118	-	-	2.130
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(536.800)	(84.013)	-	(11.018)	(8.068)	-	-	(639.899)
Valor contábil								
Em 1º de janeiro de 2009	678.575	64.245	8.748	7.571	656	100.459	143	860.397
Em 31 de dezembro de 2009	674.878	63.658	8.748	6.985	582	137.107	379	892.337
Em 31 de dezembro de 2010	662.593	67.553	8.748	6.468	567	206.630	3.311	955.870

ATIVO IMOBILIZADO	Consolidado							Total
	Máquinas, instalações e equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizações em andamento	Outros	
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2009	1.087.264	141.746	8.748	14.657	9.626	100.459	251	1.362.751
Adições	65.149	3.386	-	1.558	173	36.654	319	107.239
Baixas	(7.375)	-	-	(47)	-	-	-	(7.422)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(200)	(60)	-	(23)	(347)	-	(31)	(661)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.144.838	145.072	8.748	16.145	9.452	137.113	539	1.461.907
Adições	62.328	7.822	-	1.535	199	69.517	2.951	144.352
Baixas	(6.398)	(929)	-	(19)	(118)	-	(60)	(7.524)
Transferência de ativos mantidos para venda	-	-	2.354	-	-	-	2.464	4.818
Efeito das variações das taxas de câmbio	(40)	(9)	-	(41)	(125)	-	(13)	(228)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.200.728	151.956	11.102	17.620	9.408	206.630	5.881	1.603.325
Depreciação								
Saldo em 1º de janeiro de 2009	(408.202)	(77.191)	-	(7.072)	(8.784)	-	(31)	(501.280)
Depreciação no período	(61.824)	(3.987)	-	(2.080)	(304)	-	(1)	(68.196)
Baixas	303	-	-	47	-	-	-	350
Efeito das variações das taxas de câmbio	70	50	-	11	308	-	9	448
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(469.653)	(81.128)	-	(9.094)	(8.780)	-	(23)	(568.678)
Depreciação no período	(70.191)	(3.981)	-	(2.033)	(228)	-	-	(76.433)
Baixas	1.957	802	-	19	118	-	-	2.896
Efeito das variações das taxas de câmbio	9	7	-	3	118	-	2	139
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(537.878)	(84.300)	-	(11.105)	(8.772)	-	(21)	(642.076)
Valor contábil								
Em 1º de janeiro de 2009	679.062	64.555	8.748	7.585	842	100.459	220	861.471
Em 31 de dezembro de 2009	675.185	63.944	8.748	7.051	672	137.113	516	893.229
Em 31 de dezembro de 2010	662.850	67.656	11.102	6.515	636	206.630	5.860	961.249

As adições ao imobilizado consolidado, que contemplam a continuidade das aquisições de novas linhas para produção de blocos, cabeçotes e demais peças do segmento de produtos automotivos em ambas as plantas industriais, sustentação da capacidade operacional e proteção ao meio ambiente (sistemas de exaustão para fornos, aterro industrial e regeneração de areias), estão compostas da seguinte forma:

INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Em expansão	61.080	65.776	79.864
Sustentação da capacidade operacional	58.013	30.429	45.567
Meio Ambiente	19.974	6.234	8.365
Juros e encargos financeiros	5.285	4.800	3.433
	144.352	107.239	137.229

b. Depreciação

A Companhia deprecia o imobilizado pelo método linear, utilizando as vidas úteis demonstradas a seguir;

	Vida útil média
Máquinas, instalações e equipamentos	15 anos
Edificações	35 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos

c. Capitalização de juros e encargos financeiros

A Companhia reconhece como custo de formação dos ativos os juros e encargos financeiros incorridos durante o período de construção, para os ativos qualificáveis. O montante registrado em 2010 totaliza R\$ 5.285 (R\$ 4.800 em 2009 e R\$ 3.433 em 01/01/2009).

d. Garantia

Em 31 de Dezembro de 2010, propriedades com valor contábil de R\$ 132.936 (R\$ 141.388 em 2009; R\$ 148.796 em 01/01/2009) foram hipotecadas para garantir empréstimos bancários de longo prazo.

e. Valores segurados

Os ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos, conforme descrito na nota 26.

15. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

MOEDA NACIONAL:	Vencimento	Custo	Companhia			Consolidado		
			2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
BNDES Exim - Pré-embarque (PSI)	Jun/2013	4,50% a.a.	550.563	300.808	-	550.563	300.808	-
Projeto de expansão da Tupy S.A. - BNDES	Jul/2016	TJLP + 3,17% a.a.	153.220	107.060	20.623	153.220	107.060	20.623
Capital de giro		CDI + 0,75% a.a.	-	36.870	98.530	-	36.870	98.530
Contratos de leasing	Jul/2011	15,57% a.a.	178	1.219	3.712	178	1.219	3.712
Finame (PSI)	Jul/2018	4,66% a.a.	1.261	-	4.774	1.261	-	4.774
MOEDA ESTRANGEIRA:								
Capital de giro	Mar/2013	Libor + 2,05% a.a.	51.559	113.628	206.848	51.559	113.628	324.299
Pré-pagamento de exportações	Mai/2013	Libor + 2,12% a.a.	66.047	92.827	125.010	66.047	92.827	125.010
Projeto de expansão da Tupy S.A. - BNDES	Jul/2016	VC + 6,26% a.a.	15.489	10.430	2.414	15.489	10.430	2.414
Resultado líquido de operações de NDF			-	(481)	-	-	(481)	-
			838.317	662.361	461.911	838.317	662.361	579.362
Parcela de curto prazo			75.718	115.115	116.169	75.718	115.115	168.703
Parcela de longo prazo			762.599	547.246	345.742	762.599	547.246	410.659

Os vencimentos de longo prazo são como seguem:

Ano	Companhia			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
2010	-	-	158.342	-	-	210.275
2011	-	160.796	99.153	-	160.796	112.137
2012	379.101	291.381	68.033	379.101	291.381	68.033
2013	305.407	45.248	20.214	305.407	45.248	20.214
2014	32.666	21.863	-	32.666	21.863	-
2015	28.460	17.657	-	28.460	17.657	-
Após	16.965	10.301	-	16.965	10.301	-
	762.599	547.246	345.742	762.599	547.246	410.659

O financiamento para expansão obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, contratado em 15 de junho de 2009, possui prazo total de 80 meses, com 27 meses de carência. O contrato prevê 89% de recursos em reais e 11% em dólares norte americanos. As garantias são compostas por equipamentos fabris, hipoteca, fiança bancária e depósito caução de 12% do saldo devedor.

Em setembro e novembro de 2009 e em junho de 2010 a Companhia contratou com diversas instituições financeiras operações na modalidade BNDES Exim – Pré-Embarque do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), nos montantes de R\$ 299.217 e R\$ 250.000 respectivamente, que foram destinados à substituição de dívidas vincendas no curto prazo e reforço de caixa da Companhia. Os recursos contratados em 2009 e 2010 possuem prazo total de 36 meses e amortização do principal em parcela única no final de cada contrato.

A Companhia possuía em dezembro de 2009, US\$ 73 milhões em operações de venda de *Non Deliverable Forward* (NDF) com vencimentos em 26 de janeiro e 08 de fevereiro de 2010 com taxa de câmbio a termo de R\$ 1,75 e R\$ 1,78 respectivamente. Em 31 de dezembro de 2009, o resultado líquido das referidas operações contabilizava um ajuste positivo de R\$ 481. Estas operações foram liquidadas em seus vencimentos e geraram um resultado negativo de R\$ 5.542.

Alguns contratos de financiamentos e empréstimos estão sujeitos ao cumprimento de determinados índices financeiros, que estão sendo cumpridos integralmente, os quais compreendem: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado; EBITDA Ajustado/Resultado

Financeiro; Dívida Líquida/Patrimônio Líquido; Patrimônio Líquido/Ativo Total e Ativo Circulante/Passivo Circulante.

EBITDA Ajustado é o lucro líquido adicionado do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das depreciações e amortizações e ajustado pela adição das outras despesas ou redução das outras receitas operacionais líquidas.

Dívida líquida é a dívida bancária, líquida das disponibilidades.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possuía 4 contratos de arrendamentos mercantis (18 contratos em 31 de dezembro de 2009). A Companhia analisou os referidos contratos e concluiu que se enquadram na categoria de arrendamento mercantil financeiro.

16. FINANCIAMENTOS DE IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Custo	Companhia e consolidado		
		2010	2009	01/01/2009
Encargos sociais REFIS-PAES	TJLP	25.565	33.521	40.722
Tributos federais - MP 470/09	Selic	-	87.364	-
Tributos federais	Selic	-	-	1.783
		25.565	120.885	42.505
Parcela de curto prazo		11.193	97.857	10.868
Parcela de longo prazo		14.372	23.028	31.637

Os vencimentos de longo prazo são como seguem:

Ano	Companhia e consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
2011	-	9.211	18.384
2012	9.580	9.211	8.835
2013	4.792	4.606	4.418
	14.372	23.028	31.637

Em 31 de julho de 2003, a então controlada Tupy Fundições Ltda. formalizou pedido de adesão ao programa REFIS-PAES, previsto na Lei nº. 10.684/03, para recolhimento de débitos junto ao INSS, no montante de R\$ 58.379, que vem sendo amortizados em 120 parcelas mensais de aproximadamente R\$ 486 corrigidas pela TJLP, sem constituição de qualquer forma de garantia por parte da Companhia.

Em novembro de 2009 a Sociedade aderiu ao programa de pagamento e parcelamento de débitos fiscais – REFIS, instituído pela MP 470/09, para recolhimento de débitos relacionados a compensações de IPI, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL com crédito prêmio de IPI, cujas homologações estavam pendentes de decisões no Conselho de Contribuintes. Referido parcelamento foi amortizado em 12 parcelas mensais, sendo a última em outubro de 2010.

17. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES

	Companhia			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Salários	8.350	6.314	2.684	9.111	6.813	3.548
Provisão de férias e 13º salário	31.233	13.688	20.597	31.244	13.707	20.624
Encargos sociais	10.830	7.706	8.944	10.834	7.722	8.950
Programa de participação no resultado	39.488	12.909	24.400	39.498	12.921	24.408
	89.901	40.617	56.625	90.687	41.163	57.530

O programa de participação dos empregados no resultado da Companhia, para o corpo de funcionários operacionais (horistas), está atrelado a índice de lucratividade e metas setoriais, e para os administrativos (mensalistas) a indicadores chaves da estratégia, que incluem índices de lucratividade e de retornos, de processos e metas de desempenho individuais. A classificação dessa despesa na demonstração do resultado consolidado está distribuída entre o custo e as despesas operacionais.

18. PROVISÕES TRIBUTÁRIAS, CÍVEIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas possuem processos em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões, no caso de perdas prováveis, suportadas por opiniões de assessores jurídicos.

As movimentações ocorridas em 2010 nas provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas e os respectivos saldos estão compostas da seguinte forma:

	Companhia				Impactos do REFIS	2009
	01/01/2009	Adições	Atualizações	Baixas		
Cível	101.336	-	9.364	(12.873)	-	97.827
Tributária	28.037	1.242	1.488	(19.351)	-	11.416
Tributária CP-IPI - MP 470/09	93.955	-	6.299	-	(100.254)	-
Trabalhista	7.538	-	-	(1.787)	-	5.751
Previdenciária	1	871	-	-	-	872
	230.867	2.113	17.151	(34.011)	(100.254)	115.866
Depósitos judiciais vinculados	(3.691)	(1.136)	-	1.820	-	(3.007)
	227.176	977	17.151	(32.191)	(100.254)	112.859

	Companhia				2010
	2009	Adições	Atualizações	Baixas	
Cível	97.827	54.166	8.806	(26.119)	134.680
Tributária	11.416	-	1.362	(2.770)	10.008
Trabalhista	5.751	6.056	-	(2.952)	8.855
Previdenciária	872	2.812	-	-	3.684
	115.866	63.034	10.168	(31.841)	157.227
Depósitos judiciais vinculados	(3.007)	(3.524)	-	207	(6.324)
	112.859	59.510	10.168	(31.634)	150.903

Notas Explicativas TUPY S.A.

Consolidado						
	01/01/2009	Adições	Atualizações	Baixas	Impactos do REFIS	2009
Cível	101.915	-	9.364	(12.873)	-	98.406
Tributária	28.080	1.242	1.489	(19.351)	-	11.460
Tributária CP-IPI - MP 470/09	93.955	-	6.299	-	(100.254)	-
Trabalhista	10.380	-	-	(4.012)	-	6.368
Previdenciária	31.251	871	13.959	-	-	46.081
Previdenciária - Lei 11.941/09	10.488	-	218	(3.296)	(7.410)	-
	276.069	2.113	31.329	(39.532)	(107.664)	162.315
Depósitos judiciais vinculados	(3.890)	(1.136)	-	1.820	-	(3.206)
	272.179	977	31.329	(37.712)	(107.664)	159.109

Consolidado					
	2009	Adições	Atualizações	Baixas	2010
Cível	98.406	54.166	8.806	(26.119)	135.259
Tributária	11.460	-	1.362	(2.771)	10.051
Trabalhista	6.368	6.056	-	(2.963)	9.461
Previdenciária	46.081	2.812	8.957	(54.166)	3.684
	162.315	63.034	19.125	(86.019)	158.455
Depósitos judiciais vinculados	(3.206)	(3.524)	-	207	(6.523)
	159.109	59.510	19.125	(85.812)	151.932

As principais provisões consolidadas são:

- Cíveis – relacionadas a honorários de êxito em processos fiscais e débito contingente proveniente de aquisição de controlada;
- Tributárias – relacionadas a PIS, COFINS, ICMS e IPI;
- Previdenciárias – relacionada a INSS (SEBRAE e RAT). A baixa de R\$ 54.166 decorre da transferência para o grupo de contingências cíveis; e,
- Trabalhistas – relacionadas a processos movidos por ex-empregados.

As provisões acima descritas são atualizadas, na sua grande medida, pela variação da taxa SELIC e seus reflexos no resultado do exercício estão descritos na nota 23.

Não foram constituídas provisões para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia como perdas possíveis. Essas contingências estão distribuídas em:

Companhia e consolidado			
NATUREZA TRIBUTÁRIA	2010	2009	01/01/2009
Pis, Cofins, IPI e IRRF	24.971	24.551	6.520
Autos de infrações de ICMS	2.770	1.913	31.983
Autos de infrações de Pis, Cofins, IRPJ e CSLL	59.108	10.812	7.815
	86.849	37.276	46.318
NATUREZA PREVIDENCIÁRIA			
Autos de infrações emitidos pela Receita Federal	46.765	43.077	47.189
Contribuições devidas por empresas prestadoras de serviço	11.416	15.104	15.090
	58.181	58.181	62.279
NATUREZA TRABALHISTA			
	21.960	19.761	12.815
	166.990	115.218	121.412

Em 2009, a Companhia aproveitou as vantagens oferecidas pela MP 160/SC, emitida pelo governo do estado de Santa Catarina, a qual prevê a quitação de débitos por 50% do valor devido, atualizado. Sob esta condição, R\$ 27.912 de contingências de ICMS foram quitados por R\$ 13.958.

Do valor pago, R\$ 12.592 foram registrados a título de ICMS a recuperar por tratar-se de cobrança em juízo pela Procuradoria da Fazenda, de créditos sobre materiais de uso e consumo registrados entre 2000 e 2003, porém estornados pela Companhia em 2003. O direito aos referidos créditos foi confirmado formalmente pela Secretaria da Fazenda do Estado de SC.

19. CAPITAL SOCIAL, RESERVAS E DIVIDENDOS

a. Capital social

O capital autorizado é limitado a R\$ 450.000, representado por ações escriturais nominativas, sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais.

Do capital autorizado, acham-se subscritos e integralizados R\$ 398.395, representados por 57.138.750 ações, sendo 56.820.214 ações ordinárias com direito a voto, e 318.536 ações preferenciais sem direito a voto.

O Conselho de Administração da Companhia poderá aumentar o capital subscrito em montante que reputar conveniente e necessário até o limite do capital autorizado.

A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou à pessoas que lhe prestem serviços ou à entidade sob seu controle. Até 31 de dezembro de 2010, não houve outorga de opção de compra de ações.

As ações preferenciais conferem a seus possuidores:

- O direito de prioridade no reembolso do capital, em caso de encerramento das atividades da Companhia;
- O direito de participação, em igualdade de condições com as demais ações, na distribuição de dividendos, no recebimento de bonificações provenientes de correção monetária, de reavaliação do ativo, de capitalização de reservas ou de utilização de quaisquer fundos; e,
- O direito de serem incluídas em oferta pública de alienação do controle, nas condições previstas no art. 254-A da Lei nº 6.404/76, assegurado o dividendo igual ao das ações ordinárias.

b. Reserva de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva para investimentos

É constituída em montante não inferior a 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social, até o limite de 50% do capital social. Não podendo exceder, a qualquer tempo, a 80% do capital social.

c. Destinação dos resultados

É assegurado aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A destinação do lucro do exercício de 2010, a ser submetida à Assembleia Geral dos Acionistas comparada com a de 2009 é a seguinte:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	154.431	156.736
Constituição de reserval legal (5%)	7.722	7.837
Base de cálculo dos dividendos	146.709	148.899

PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO

(para ações em circulação na data do balanço)

	2010	2009
Juros sobre o capital próprio (JCP) bruto	41.706	36.009
Dividendos	23.233	28.984
Total proposto para distribuição	64.939	64.993

ALOCAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2010	2009
Passivo circulante		
Juros sobre o capital próprio (JCP) bruto	41.706	36.009
Dividendos	1.227	6.636
Total	42.933	42.645

Patrimônio líquido

Dividendos adicionais propostos	22.006	22.348
---------------------------------	--------	--------

Saldo destinado à reserva para investimento	97.440	98.886
--	---------------	---------------

JCP bruto unitário por ações

	2010	2009
Ações ordinárias	0,72991	0,62985
Ações preferenciais	0,72991	0,69283

Dividendo unitário por ações

	2010	2009
Ações ordinárias	0,40661	0,50697
Ações preferenciais	0,40661	0,55767

Notas Explicativas TUPY S.A.

Os dividendos propostos, líquidos dos efeitos fiscais na parcela paga a título de juros sobre o capital próprio (15% de IRRF), representam 40% do lucro líquido após as destinações legais.

O saldo proposto à reserva para investimentos corresponde a 63% do lucro líquido e a 24% do capital social. O saldo acumulado representa 94% do capital social.

A adequação do saldo da reserva para investimento será tema da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2011.

20.RECEITA OPERACIONAL

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Companhia		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita bruta	2.132.607	1.400.679	2.167.478	1.448.673
Devoluções e abatimentos	(24.281)	(20.353)	(24.286)	(19.894)
Receita líquida de devoluções e abatimentos	2.108.326	1.380.326	2.143.192	1.428.779
Impostos sobre vendas	(271.491)	(204.739)	(271.665)	(204.938)
Receita operacional	1.836.835	1.175.587	1.871.527	1.223.841

21.CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Abaixo apresentamos a composição dos custos e despesas por natureza conciliadas com os custos e despesas por função apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Companhia		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Matérias Primas	481.602	309.088	479.947	314.317
Materiais de processo	324.826	212.245	323.710	215.836
Materiais de manutenção e consumo	148.540	119.224	148.647	119.355
Salários e encargos	347.783	244.647	351.122	252.537
Honorários da administração	6.942	4.029	6.942	4.029
Benefícios sociais	83.900	54.424	84.884	55.203
Energia Elétrica	80.720	58.105	80.471	59.116
Frete sobre vendas	49.942	28.859	60.911	36.924
Depreciação	76.255	67.988	76.433	68.196
Outros custos	2.446	9.132	8.934	16.176
	1.602.955	1.107.742	1.622.000	1.141.689
Custo dos produtos vendidos	1.476.157	1.019.421	1.476.131	1.037.144
Despesas com vendas	78.116	51.831	94.567	65.027
Despesas administrativas	41.740	32.461	44.360	35.489
Honorários da administração	6.942	4.029	6.942	4.029
	1.602.955	1.107.742	1.622.000	1.141.689

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Companhia		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamento e empréstimos	(30.423)	(28.125)	(30.423)	(28.125)
Juros sobre financiamento de encargos sociais e impostos	(4.547)	(2.976)	(4.570)	(2.976)
Outras despesas	(2.034)	(6.167)	(3.090)	(5.506)
	(37.004)	(37.268)	(38.083)	(36.607)
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	32.990	13.358	32.990	13.358
Juros sobre crédito Eletrobrás	4.129	3.684	4.129	3.684
Outras receitas	5.787	3.727	5.846	2.624
	42.906	20.769	42.965	19.666
Variações monetárias e cambiais líquidas				
Variações cambiais líquidas	(4.286)	50.762	(9.052)	45.055
Variações monetárias	333	1.893	333	1.893
	(3.953)	52.655	(8.719)	46.948
Resultado financeiro líquido	1.949	36.156	(3.837)	30.007

As receitas financeiras abrangem, principalmente, rendimentos auferidos em aplicações financeiras, atualizações de ativos e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros e variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos bancários que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, juros e variações monetárias sobre financiamento de impostos e encargos sociais, despesas bancárias, impostos sobre operações financeiras e perdas nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado.

Os ganhos e perdas provenientes de variações cambiais sobre ativos e passivos em moeda estrangeira são reportados em uma base líquida.

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Companhia		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Constituição e atualização de provisões:				
tributárias	(1.362)	(9.029)	(1.362)	(9.030)
cíveis	(62.972)	(9.364)	(8.806)	(9.364)
previdenciárias	(2.812)	(871)	(11.769)	(15.048)
trabalhistas	(6.056)	-	(6.056)	-
Reversão de provisões:				
tributárias	-	16.237	-	11.693
cíveis	-	10.905	-	10.905
Reversão de parte do crédito prêmio de IPI do período de 1988/1990 (nota 8)	(40.741)	-	(40.741)	-
Reversão do saldo do crédito prêmio de IPI do período de 1981/1985 (nota 8)	(5.766)	-	(5.766)	-
Reversão proporcional dos horários advocatícios sobre o crédito prêmio de IPI	20.449	-	20.449	-
Perda e provisão na baixa de bens do imobilizado	(4.428)	(7.072)	(4.628)	(7.072)
Depreciação de ativos não operacionais	(1.355)	(1.093)	(1.401)	(1.139)
Impactos da adesão ao Refis	-	71.524	-	79.348
Juros remuneratórios Eletrobrás (nota 11)	-	27.896	-	27.896
Lucro líquido na venda de ativos florestais (nota 12)	-	-	-	21.382
Resultado na venda de inservíveis e na baixa de ferramentais de terceiros e outros	6.786	(10.940)	6.083	(2.503)
	(98.257)	88.193	(53.997)	107.068

Impactos da adesão ao Refis

Em novembro de 2009 a Companhia e as controladas Sociedade Técnica de Fundições Gerais – SOFUNGE (em liquidação) e Tupy Agroenergética Ltda (TASA) aderiram aos programas de pagamentos e parcelamentos de débitos fiscais instituídos pela lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/09, conforme descrito a seguir:

Lei 11.941/09

- Da Companhia: débitos relacionados a IOF e IRRF sobre operações de mútuos com controladas e glosa de créditos de IPI por erro de classificação fiscal;
- Das controladas: SOFUNGE, débitos previdenciários relacionados ao não recolhimento de INSS sobre abonos e vale transporte, e da TASA débitos relacionados ao IOF e IRRF sobre operações de mútuos com a Companhia.

MP 470/09

- Da Companhia: débitos relacionados a compensações de IPI, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL com crédito prêmio de IPI, cujas homologações estavam pendentes de decisões no Conselho de Contribuinte.

Em decorrência da adesão ao REFIS, o efeito positivo no resultado foi de R\$ 71.524 na Companhia e R\$ 79.348 no Consolidado.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

	Companhia		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes dos efeitos fiscais	187.567	210.702	191.693	219.227
Alíquota combinada de impostos	34%	34%	34%	34%
Despesa à alíquota combinada	(63.773)	(71.639)	(65.176)	(74.537)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
- Equivalência patrimonial	16.998	6.293	-	-
- Depreciação de bens reavaliados em 1990	(660)	(660)	(660)	(660)
- Depreciação de ativos não operacionais	(461)	(372)	(476)	(387)
- Juros sobre o capital próprio	14.180	12.243	14.180	12.243
- Lucro na venda de ativos florestais tributado pelo lucro presumido na controlada	-	-	-	7.270
- Baixa de provisão previdenciária sem crédito fiscal diferido na controlada	-	-	18.416	-
- Demais (adições) exclusões permanentes	580	169	(926)	(5.223)
Efeitos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de controladas sem constituição de créditos fiscais diferidos	-	-	(2.620)	(1.197)
Efeitos fiscais lançados ao resultado	(33.136)	(53.966)	(37.262)	(62.491)

Composição do efeito fiscal lançado ao resultado:

	Companhia		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Imposto de renda e contribuição social correntes	(41.363)	(21.571)	(47.082)	(21.914)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.227	(32.395)	9.820	(40.577)
Efeitos fiscais lançados ao resultado	(33.136)	(53.966)	(37.262)	(62.491)

25. LUCRO POR AÇÃO

Abaixo o cálculo do lucro básico e diluído por ação:

	2010	2009
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	154.431	156.736
Média ponderada de ações em circulação	57.139	57.139
Lucro básico e diluído por ação - R\$	2,7027	2,7431

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera a natureza e o grau de riscos envolvidos, de acordo com a orientação de seus consultores de seguros, e que a Administração entende como adequados.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Os riscos cobertos contemplam os seguintes itens e valores correspondentes:

	2010	2009	01/01/2009
Prédios e edificações	73.965	67.222	61.471
Máquinas e equipamentos, móveis e utensílios	901.954	779.138	729.912
Estoques	141.623	184.498	105.628
Lucros cessantes	483.089	439.570	518.513
Responsabilidade civil	36.706	21.783	16.500

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia passa a divulgar as informações por segmento de negócio operacional, de acordo com aquelas informadas aos órgãos da administração para decisões sobre alocações de recursos e avaliações de desempenho, conforme descrito abaixo.

Produtos Automotivos - Fabricação de produtos fundidos e usinados, com elevado conteúdo tecnológico, tais como componentes para sistemas de propulsão (blocos e cabeçotes), freio, transmissão, direção, eixo e suspensão de veículos, desenvolvidos sob encomenda, para fabricantes mundiais de motores, automóveis de passeio, veículos comerciais (caminhões, ônibus e outros), máquinas de construção, tratores, máquinas agrícolas e geradores de energia.

Produtos Industriais: Fabricação de conexões de ferro maleável, granelhas de ferro e aço e perfis de ferro fundido, produtos que atendem à indústria da construção, mármore e granito e a segmentos diversos da engenharia industrial, entre outros.

Informações referentes a cada segmento estão demonstradas a seguir.

Conciliação de receitas, custos e despesas, resultados, ativos e passivos dos segmentos reportados

	Consolidado					
	Produtos Automotivos		Produtos Industriais		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Receita operacional (nota 20)	1.651.235	1.046.652	220.292	177.189	1.871.527	1.223.841
Custos e despesas (nota 21)	(1.464.427)	(1.014.368)	(157.573)	(127.321)	(1.622.000)	(1.141.689)
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	186.808	32.284	62.719	49.868	249.527	82.152
Resultado financeiro líquido (nota 22)					(3.837)	30.007
Outras receitas (despesas) operacionais (nota 23)					(53.997)	107.068
Lucro após o resultado financeiro líquido					191.693	219.227
Imposto de renda e contribuição social (nota 24)					(37.262)	(62.491)
Lucro líquido do exercício					154.431	156.736

Notas Explicativas TUPY S.A.

ATIVO	Consolidado					
	Produtos Automotivos		Produtos Industriais		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Contas a receber, líquidas (nota 6)	199.680	149.323	15.057	24.693	214.737	174.016
Estoques (nota 7)	148.461	137.281	52.735	35.363	201.196	172.644
Ferramentais de terceiros	30.224	36.673	35	51	30.259	36.724
Títulos a receber e outros	16.507	13.471	2.438	2.515	18.945	15.986
Imobilizado (nota 14)	929.305	863.119	31.944	30.110	961.249	893.229
Outros ativos não alocados	-	-	-	-	978.289	886.006
Total ativo consolidado	1.324.177	1.199.867	102.209	92.732	2.404.675	2.178.605
PASSIVO						
Fornecedores	102.613	84.713	18.678	13.315	121.291	98.028
Impostos e contribuições	2.454	4.994	509	1.077	2.963	6.071
Salários, encargos sociais e participações (nota 17)	80.550	36.904	10.137	4.259	90.687	41.163
Adiantamentos de clientes	49.338	49.646	6.677	7.311	56.015	56.957
Títulos a pagar e outros	24.688	18.544	560	2.732	25.248	21.276
Outros passivos não alocados	-	-	-	-	1.137.712	1.073.501
Patrimônio líquido	-	-	-	-	970.759	881.609
Total passivo consolidado	259.643	194.801	36.561	28.694	2.404.675	2.178.605

Os ativos e passivos dedicados são alocados diretamente aos segmentos e para aqueles de uso comum, utiliza-se critérios conforme sua aplicabilidade ou origem. Por não estarem diretamente relacionados à operação, a Companhia não aloca aos segmentos reportados os ativos de caixa e equivalentes de caixa, impostos e contribuições a recuperar e diferidos, depósitos judiciais e outros e investimentos em outras empresas. Do lado do passivo, pelo mesmo motivo, não são alocados os financiamentos e empréstimos, financiamentos de impostos e encargos sociais, dividendos, provisões, impostos diferidos e outros passivos de longo prazo.

A Companhia possui um portfólio diversificado de clientes nacionais e internacionais. No segmento de produtos automotivos existem clientes que individualmente representam mais de 10% da receita operacional consolidada, conforme abaixo:

	Consolidado			
	2010	%	2009	%
Receita operacional				
Cliente A	370.196	19,8	193.742	15,8
Cliente B	262.913	14,0	127.980	10,5
Cliente C	-	-	135.110	11,0
Demais clientes de produtos automotivos e produtos industriais	1.238.418	66,2	767.009	62,7
Total	1.871.527	100,0	1.223.841	100,0

A distribuição das vendas do segmento de produtos industriais é bastante pulverizada.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos abaixo, para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Gerenciamento do Risco Financeiro

A Companhia apresenta exposição aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros, relacionados aos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional.

A Companhia administra os riscos financeiros observando critérios para aplicações financeiras; contratação de derivativos; “ratings” das instituições com que mantém relacionamento; entre outros pontos de controle. Além disso, monitora e controla permanentemente sua exposição cambial aos ativos e passivos vinculados a moeda estrangeira.

Devido à volatilidade cambial e os diferentes prazos de realização de ativos e exigibilidade de passivos, a Companhia, caso entenda necessário, contrata instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de limitar a exposição ao risco de taxa de câmbio.

a. Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	2010		2009	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	578.366	578.366	437.240	437.240
Contas a receber, líquidas	214.737	214.737	174.016	174.016
Títulos a receber e outros	18.945	18.945	15.986	15.986
Fornecedores	121.291	121.291	98.028	98.028
Financiamentos e empréstimos	838.317	838.317	662.361	662.361
Títulos a pagar e outros	25.248	25.248	21.276	21.276

Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo para a Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber de clientes e títulos a receber e outros

Para o risco de crédito de recebíveis de clientes são estabelecidos limites de exposição para cada cliente e os riscos são administrados por critérios específicos de análise de crédito.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos cujos critérios estão mencionados na nota 6.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração deste risco é de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possuía caixa e equivalentes de caixa suficientes para cumprir com seus compromissos contratados.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

	Valor contábil	Consolidado				
		Fluxo de caixa contratual				
		6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros						
Empréstimos bancários garantidos	513.729	39.433	18.378	250.751	188.201	16.966
Passivo de arrendamento financeiro	178	162	16	-	-	-
Empréstimos bancários não garantidos	324.410	9.398	8.331	128.350	178.331	-
Fornecedores e outras contas a pagar	146.539	146.539	-	-	-	-
	984.856	195.532	26.725	379.101	366.532	16.966

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Além disso, a Companhia apresenta excelente capacidade de geração de caixa.

d. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar as exposições a estes riscos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o Real. As

Notas Explicativas TUPY S.A.

principais moedas na quais estas transações são denominadas são Dólares Norte Americano e Euro.

A Companhia possui “hedge natural” advindo de suas receitas de exportações, entretanto, o cuidado com a volatilidade cambial e os diferentes prazos de realização de ativos e exigibilidade de passivos determinam a contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de limitar a exposição ao risco de taxa de câmbio.

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira está demonstrada a seguir:

ATIVO	Nota explicativa	2010	2009	01/01/2009
Aplicações financeiras no exterior	4	178.502	165.815	185.882
Clientes no mercado externo	6	130.391	100.048	128.741
		308.893	265.863	314.623
PASSIVO				
Empréstimos em moeda estrangeira	15	(133.095)	(216.885)	(451.723)
Operações de NDF		-	(127.107)	-
Outros valores		(46.368)	(60.490)	(66.165)
		(179.463)	(404.482)	(517.888)
Exposição líquida (R\$ mil)		129.430	(138.619)	(203.265)
Exposição líquida (US\$ mil)		77.680	(79.611)	(86.977)

Em 01 de janeiro e 31 de dezembro 2009, a Companhia apresentava exposição cambial passiva em Dólar, em nível considerado adequado para aqueles exercícios. Em 2010 reverteu, de forma gradativa mediante a manutenção dos recursos decorrentes de suas exportações no exterior, por entender que o cenário para internação dos recursos se apresentava desfavorável, refletindo em mudança no perfil da exposição.

Análise de sensibilidade da Exposição Cambial

Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio, de acordo com a instrução normativa CVM nº 475, na qual a variável de risco é avaliada com oscilação de 25% e 50%, em relação ao cenário provável estimado pela Companhia. Esta análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL CONTÁBIL	Risco	Divulgado	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Taxa do dólar	Baixa do Dólar	R\$ 1,6662	R\$ 1,70	R\$ 1,27	R\$ 0,85
Posição ativa		308.893	315.159	235.442	157.580
Posição passiva		(179.463)	(183.104)	(136.789)	(91.552)
Exposição líquida (R\$ mil)		129.430	132.056	98.653	66.028
Exposição líquida (US\$ mil)		77.680	77.680	77.680	77.680
Impacto Potencial (R\$ mil)		-	2.626	(30.777)	(63.402)

A simulação considerou uma valorização do real frente ao dólar norte americano, em relação ao cenário provável indicado pela Companhia.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em variações de taxas de juros, sobre as aplicações e empréstimos bancários afetando de forma direta as contas de

Notas Explicativas TUPY S.A.

resultados. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação e alocação de recursos financeiros, conforme segue:

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros era:

	Nota explicativa	Consolidado		
		Valor contábil		
		2010	2009	01/01/2009
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros	4 e 5	418.505	283.269	64.460
Passivos financeiros	15	286.315	360.334	575.650
Instrumentos de taxa fixa				
Ativos financeiros	4	178.502	165.815	185.882
Passivos financeiros	15	552.002	302.027	3.712

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros variável e fixa

A Companhia possui aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósitos Bancários), atrelados a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A simulação considera uma oscilação de 1% a.a., para mais ou para menos, na taxa variável do CDI, o que implicaria em impacto de R\$ 4.185 ao ano.

A Companhia possui também aplicações financeiras no exterior com taxas fixas. A simulação considera uma oscilação de 0,50% a.a., para mais ou para menos, na taxa de juros da *Libor*, que projetaria um impacto de R\$ 893 ao ano.

A Companhia também possui riscos de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vinculados a variação da Taxa *Libor*. Simulando uma oscilação de 0,50% a.a., para mais ou para menos nessa taxa variável de juros, o impacto seria de R\$ 588 ao ano.

Da mesma forma, a Companhia possui riscos de taxas fixas de juros em seus empréstimos e financiamentos vinculados a TJLP, cuja oscilação de 1% a.a., para mais ou para menos, projetaria impacto de R\$ 1.788 ao ano.

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo produtivo, principalmente as sucatas, o ferro gusa, as ligas metálicas, o coque e a energia elétrica. Essas oscilações de preços podem provocar alterações nos custos da Companhia. A Companhia adota uma estratégia de monitoramento dos mesmos para refletir, em seus preços de venda, as eventuais oscilações de preço.

Risco de estrutura de capital

Decorre da estrutura entre capital próprio (patrimônio líquido) e capital de terceiros que a Companhia utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio do capital, a Companhia monitora o cumprimento de índices financeiros em contratos de empréstimos e financiamentos.

A relação de capital próprio versus capital de terceiros, ao final de cada exercício, é apresentada a seguir:

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Capital próprio (Patrimônio líquido)	970.759	881.609	767.518
Total do passivo exigível	1.433.916	1.296.996	1.271.170
Caixa e equivalentes de caixa	(578.366)	(437.240)	(252.581)
Capital de terceiros	855.550	859.756	1.018.589
Relação capital próprio versus capital de terceiros	1,13	1,03	0,75

e. Risco operacional

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos e danos à reputação além de buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para riscos operacionais é atribuída à alta administração.

f. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela estrutura de gerenciamento de risco.

A Companhia e suas controladas não têm como política investir em operações financeiras de caráter especulativo, entretanto operam com alguns derivativos financeiros com o objetivo de proteger determinados ativos e/ou passivos contra variações, principalmente, da taxa de câmbio.

A operação mais utilizada pela Companhia é o *NDF (Non deliverable forward)*.

Em 31 de dezembro de 2010 não existiam operações com derivativos financeiros contratados pela Companhia. As operações existentes em 31 de dezembro de 2009 estão divulgadas na nota 15.

29.AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes Demonstrações Financeiras em 23 de Março de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Tupy S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tupy S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tupy S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Tupy S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville, 23 de março de 2011.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Roberto Wagner Promenzio
Auditores Independentes Contador
CRC SP-011.609/O-8 CRC SP-088.438/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

CONSELHO FISCAL

P A R E C E R

O Conselho Fiscal da TUPY S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, concluiu o exame das Demonstrações Contábeis da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, bem como pelas Notas Explicativas relacionadas. Tais exames foram seguidos, ainda, pela análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros deste Conselho pelos Auditores externos e pela Administração da Companhia, inclusive através da análise do Relatório Anual da Administração.

Desta forma, com base nos exames realizados, no Parecer do Comitê de Auditoria e no Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, sem ressalvas, o Conselho Fiscal, por unanimidade, concluiu que os documentos acima referidos apresentam-se em ordem, opinando favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Joinville, 29 de março de 2011

Wanderley Rezende de Souza
Presidente

João Augusto Monteiro

Cláudio Moraes Machado

Maurício Rocha Alves de Carvalho

Leopoldo Henrique Krieger Schneider

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes Demonstrações Financeiras em 23 de Março de 2011.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos diretores sobre a concordância para com as demonstrações financeiras assim como com o relatório dos auditores independentes.

A Diretoria da Sociedade reviu, discutiu e concorda com o integral teor das demonstrações financeiras assim como com o relatório dos auditores independentes, conforme consta da Ata de Reunião de Diretoria de 23/03/2011.